Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Marisa Lojas S.A. e Controladas

31 de dezembro de 2020 com Relatório do Auditor Independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Marisa Lojas S.A.** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Marisa Lojas S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Marisa Lojas S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para perdas de créditos esperadas

Conforme divulgado na Nota Explicativa 7, a Companhia, por meio de sua controlada direta Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda., administra o cartão *private label*, chamado "Cartão Marisa" e por meio de sua controlada indireta SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, realiza operações de crédito direto ao consumidor. As contas a receber registradas por estas controladas estão sujeitas às análises de risco de crédito e são reduzidas pelo reconhecimento da provisão para perdas de créditos esperadas, que totalizou R\$136.106 em 31 de dezembro de 2020 conforme divulgado na referida Nota Explicativa.

Consideramos a provisão para perdas de créditos esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que é uma estimativa que requer julgamento significativo, além de um conjunto de fatores a serem considerados pela administração na determinação do seu valor, tais como: níveis de inadimplência, políticas de renegociação e o histórico da qualidade da carteira. Adicionalmente, destacamos a importância do processo de estimativa pela relevância dos montantes envolvidos, alta pulverização (tíquete médio baixo) e alto volume das operações, bem como em virtude dos possíveis impactos da pandemia COVID-19 na qualidade da carteira, níveis de inadimplência e renegociações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, teste de conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, análise da razoabilidade da política e sua aderência às normas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, recálculo da provisão com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações, acompanhamento com reavaliação trimestral da provisão em virtude do cenário de pandemia, discussões periódicas com a Administração e a avaliação das divulgações na Nota Explicativa 7 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais tributárias

A Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em 31 de dezembro de 2020 era no montante consolidado de R\$81.972, conforme divulgado na Nota Explicativa 20. A avaliação das probabilidades de perda e a



mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias requerem julgamento por parte da administração, que conta com o suporte das opiniões legais dos seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que são base para exercer esse julgamento, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e o desenvolvimento das disputas tributárias nos tribunais, podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia é parte em disputas tributárias que somam R\$935.591, as quais não estão provisionadas nas demonstrações financeiras consolidadas devido à avaliação por parte da administração, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda é possível.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da administração em conjunto com os assessores jurídicos externos e internos da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais tributárias. Analisamos as provisões reconhecidas e os processos divulgados relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a revisão da documentação suporte, pareceres e opiniões legais, bem como as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo tributário.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para demandas judiciais tributárias, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, somados à natureza do seu negócio e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia como um principal assunto de auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente suas demonstrações financeiras. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia.

No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia.

No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela administração da Companhia. Adicionalmente, analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Por fim, avaliamos o processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis e executamos testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas da Companhia. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

Identificamos deficiências nos controles de concessão de acessos, gestão de acessos de transferidos, gestão de acessos de prestadores de serviço e revisão periódica de perfis de acessos. Além de algumas oportunidades de melhoria nos parâmetros de senhas das aplicações.

As deficiências no desenho e operação dos ITGCs alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020. Levando isto em consideração, os resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas



demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Patricia Nakano Ferreira Contadora CRC-1SP234620/O-4

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Conso	olidado
	explicativa	2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	271.099	589.566	526.932	725.498
Títulos e valores mobiliários	6.4	388	515	388	515
Contas a receber de clientes	7.2	354.162	340.928	705.175	872.491
Estoques	8.2	274.877	441.670	274.877	441.670
Partes relacionadas	11.2	23.257	25.912	-	-
Tributos a recuperar	9.2	136.832	179.770	180.988	276.692
Outros ativos circulantes		19.421	25.924	98.915	58.687
Total do ativo circulante		1.080.036	1.604.285	1.787.275	2.375.553
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6.4	32.267	49.793	34.271	57.011
Tributos a recuperar	9.2	501.739	550.052	560.554	550.052
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	2.351	568	74.817	69.525
Depósitos judiciais	20.2	108.396	97.396	142.035	133.404
Total do ativo realizável a longo prazo		644.753	697.809	811.677	809.992
Investimentos	12.2	354.248	376.545	-	-
Ativo de direito de uso	14.2	537.837	547.842	538.142	548.116
Imobilizado	13.2	131.412	173.777	133.326	176.488
Intangível	13.4	87.568	100.911	97.234	109.919
Total do ativo não circulante		1.755.818	1.896.884	1.580.379	1.644.515

Total do ativo **2.835.854** 3.501.169 **3.367.654** 4.020.068

	Nota	Controladora		Conso	olidado
	explicativa	2020	2019	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	15.2	365.190	426.977	366.543	427.221
Fornecedores convênio	15.2	107.387	108.077	107.387	108.077
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.2	337.318	306.983	541.497	418.123
Arrendamentos a pagar	14.3	164.811	262.177	164.908	262.179
Salários, provisões e contribuições sociais	17.2	66.599	102.284	69.165	105.875
Tributos a recolher	18.2	61.891	54.623	63.214	57.715
Partes relacionadas	11.2	2.233	2.859	-	-
Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar		18.359	23.421	18.358	23.421
Instrumentos financeiros	33.3.1	6.913	1.081	6.913	1.081
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	297	9.203
Receitas diferidas	19.2	-	-	16.714	15.746
Outros passivos circulantes	19.3	63.186	64.230	108.236	118.250
Total do passivo circulante		1.193.887	1.352.712	1.463.232	1.546.891
Não circulante Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.2	99.630	262.815	321.272	531.768
Arrendamentos a pagar	14.3	419.365	307.185	419.555	307.433
Provisão para litígios e demandas judiciais	20	110.353	129.189	125.484	145.015
Receitas diferidas	19.2	-	-	24.157	39.693
Outros passivos não circulantes	19.3	20.696	29.262	22.031	29.262
Total do passivo não circulante		650.044	728.451	912.499	1.053.171
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	1.447.349	1.442.695	1.447.349	1.442.695
Reservas de lucros		79.925	79.925	79.925	79.925
Ações em tesouraria		(1.110)	(1.099)	(1.110)	(1.099)
Reserva de opções de ações		14.793	11.960	14.793	11.960
Outros resultados abrangentes		(4.477)	(1.114)	(4.477)	(1.114)
Prejuízos acumulados		(544.557)	(112.361)	(544.557)	(112.361)
Total do patrimônio líquido		991.923	1.420.006	991.923	1.420.006
Total do passivo e patrimônio líquido		2.835.854	3.501.169	3.367.654	4.020.068

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido do exercício por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações	26.2	1.692.261	2.278.053	2.139.417	2.882.422
financeiras e de prestação de serviços	27	(1.010.359)	(1.200.483)	(1.341.204)	(1.550.943)
Lucro bruto		681.902	1.077.570	798.213	1.331.479
(Despesas) e receitas operacionais Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Despesas com depreciação e amortização Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas Resultado de equivalência patrimonial	28.1 28.2 13 e 14.3 29 12.2	(520.213) (149.997) (290.733) (11.420) (6.694)	(656.559) (179.476) (320.054) 11.816 88.765	(559.702) (217.271) (298.404) (15.657)	(688.652) (248.987) (327.990) 1.082
Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras Despesas financeiras Receitas financeiras	30.2 30.2	(297.155) (158.723) 23.682	22.062 (164.162) 29.739	(292.821) (167.121) 24.850	66.932 (181.811) 34.935
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(432.196)	(112.361)	(435.092)	(79.944)
Imposto de renda e contribuição social Corrente Diferido Total imposto de renda e contribuição social	10.4 10.4	- - -	- - -	(613) 3.509 2.896	(31.334) (1.083) (32.417)
Prejuízo do exercício		(432.196)	(112.361)	(432.196)	(112.361)
Atribuíveis a Controladores da Companhia		(432.196) (432.196)	(112.361) (112.361)	(432.196) (432.196)	(112.361) (112.361)
Prejuízo do exercício por ação básico e diluído - R\$	31	(1,65335)	(0,43104)	(1,65335)	(0,43104)

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

	Contro	ladora	Consc	lidao
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo do exercício	(432.196)	(112.361)	(432.196)	(112.361)
Ganhos (perdas) com <i>hedge</i> accounting IR/CSLL sobre ganhos (perdas) com	(5.157)	775	(5.157)	775
hedge de fluxo de caixa	1.783	(264)	1.783	(264)
Outros resultados abrangentes	(3.374)	511	(3.374)	511
Total do resultado abrangente	(435.570)	(111.850)	(435.570)	(111.850)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

			Reserva de capital	Reservas	s de lucros		Outros		Total do
	Nota explicativa	Capital social	Opção de ações	Legal	Retenção	Ações em tesouraria	resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2019		899.597	2.752	43.986	29.203	(1.296)	(591)	-	973.651
Aumento de capital por emissão de ações Gastos com emissão de ações ordinárias		567.708 (24.610)	-	- -		- -		- -	567.708 (24.610)
Prejuízo do exercício Pagamento de ações restritas através de		-	-	-	-	-	-	(112.361)	(112.361)
ações em tesouraria		-	-	-	-	197	-	-	197
Reversão de dividendos propostos Plano de opção de compra de ações (<i>stock</i>		-	-	-	6.736	-	-	-	6.736
option)	23	-	9.208	-	-	-	-	-	9.208
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(523)	-	(523)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.442.695	11.960	43.986	35.939	(1.099)	(1.114)	(112.361)	1.420.006
Aumento de capital social	22.1	4.654	-	-	-	-	-	- (400 400)	4.654
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(432.196)	(432.196)
Plano de opção de compra de ações (stock option)	23	-	2.833	-	-	-	-	-	2.833
Operações com instrumentos financeiros	33.3.2	-	-	-	-	(11)	(3.363)	-	(3.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.447.349	14.793	43.986	35.939	(1.110)	(4.477)	(544.557)	991.923

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Contro	oladora	Cons	olidado
	explicativa	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(432.196)	(112.361)	(432.196)	(112.361)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido					
gerado pelas atividades operacionais:	10.0 - 10.5	103.208	110.040	107.493	440 400
Depreciação e amortização Depreciação do ativo de direito de uso	13.3 e 13.5 14.2	190.804	110.842 209.212	190.911	118.496 209.494
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado	13.3 e 13.5	3.488	7.876	3.488	7.900
Equivalência patrimonial	12.2	6.694	(88.765)	-	7.500
Provisão para perdas de crédito esperadas		-	-	(16.623)	75.493
Provisão para perdas dos estoques e AVP	8	(1.126)	(25.041)	`(1.126)	(25.041)
Ajuste a valor presente sobre contas a receber de clientes		(776)	(1.563)	` (776)	(1.557)
Provisão para perdas do imobilizado	13.3	2.320	(11.734)	2.320	(11.734)
Juros sobre passivo de arrendamento	14.3	76.427	41.838	76.454	41.854
Desconto obtido sobre passivo de arrendamento	14	(58.793)	-	(58.793)	-
Custo residual de contratos de arrendamento encerrados	14	(1.769)	-	(1.769)	-
Plano de opção de compra de ações (stock options) Ações em tesouraria	23	2.833	9.208	2.833	9.208 197
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de financiamentos,		-	197	-	197
empréstimos	16.4	31.947	43.282	44.989	73.374
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.4	-	(264)	(3.509)	819
Instrumentos financeiros		-	(1.165)	(0.000)	(1.165)
Provisão para litígios e demandas judiciais	20.2	21.200	39.412	24.592	45.099
	_	(55.739)	220.974	(61.712)	430.076
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	7	(12.458)	(159.679)	185.881	(195.530)
Estoques	8	167.919	(55.330)	167.919	(55.330)
Títulos e valores mobiliários	6.4	17.653	25.847	22.867	40.206
Tributos a recuperar	9	55.044	31.674	53.041	17.850
Partes relacionadas	11 20.2	2.655 (11.000)	4.597	(8.631)	(0.614)
Depósitos judiciais Dividendos recebidos	20.2 12	15.603	(8.422) 86.080	(0.031)	(9.614)
Outros créditos	12	6.503	247	(41.394)	(5.877)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		0.000	2-77	(41.004)	(0.077)
Fornecedores	15	(71.420)	64.828	(70.980)	64.458
Fornecedores convênio	15	` (690)	(19.383)	` (690)	(19.383)
Tributos a recolher	18	7.268	(7.012)	5.956	41.326
Instrumentos financeiros		675	-	675	-
Receita diferida	19	-	-	(14.568)	(15.783)
Salários, provisões e encargos sociais	17	(35.685)	27.062	(36.710)	26.950
Partes relacionadas	11	(626)	(8.235)	(7.046)	(667)
Provisão para litígios e demandas judiciais	20.2	(3.829) (5.062)	(9.635) (8.108)	(7.916) (5.063)	(13.285) (8.143)
Aluguéis, condomínio e fundo de promoção a pagar Outras obrigações	19.3	(9.610)	(25.758)	(5.063) (17.245)	(13.496)
Caixa gerado pelas operações	19.5	67.201	159.747	171.430	283.758
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	100.747	(13.409)	(68.466)
Juros pagos	16.4	(17.185)	(38.119)	(28.144)	(59.325)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	_	50.016	121.628	129.877	155.967
	_				
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	13.3	(21.675)	(19.310)	(22.034)	(19.561)
Aquisição de ativo intangível	13.5	(22.000)	(36.451)	(25.118)	(40.400)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	_	(43.675)	(55.761)	(47.152)	(59.961)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	16.4	351.216	322.463	496.757	433.099
Amortização de empréstimos e financiamentos	16.4	(498.828)	(328.972)	(600.724)	(513.588)
Amortização do passivo de arrendamento	14.3	(181.850)	(229.530)	(181.978)	(229.852)
Aumento de capital social	22.1	` 4.654	543.098	` 4.654	543.098
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades de financiamento	_	(324.808)	307.059	(281.291)	232.757
	_	,		•	
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(318.467)	372.926	(198.566)	328.763
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6	589.566	216.640	725.498	396.735
Caixa e equvialentes de caixa em 31 de dezembro	6	271.099	589.566	526.932	725.498

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Receitas					
Vendas de mercadorias e serviços	2.270.582	3.060.953	2.743.980	3.676.562	
Perdas de crédito esperadas		-	17.571	(80.959)	
Outras receitas operacionais	35.125	45.977	37.926	48.571	
	2.305.707	3.106.930	2.799.477	3.644.174	
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias e dos serviços	(1.383.861)	(1.632.820)	(1.731.602)	(1.869.901)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(361.940)	(333.924)	(468.582)	(440.420)	
	(1.745.801)	(1.966.744)	(2.200.184)	(2.310.321)	
	,	,	,	(,	
Valor adicionado bruto	559.906	1.140.186	599.293	1.333.853	
Depreciação e amortização	(290.733)	(320.054)	(298.404)	(327.990)	
Valor adicionado líquido produzido pela				_	
Companhia	269.173	820.132	300.889	1.005.863	
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	(6.694)	88.765	-	-	
Receitas financeiras	23.682	29.739	24.850	34.935	
	16.988	118.504	24.850	34.935	
Valor adicionado total a distribuir	286.161	938.636	325.739	1.040.798	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos	354.716	474.474	370.536	497.764	
Remuneração direta	278.622	382.458	290.915	400.276	
Benefícios	47.187	55.344	49.197	58.800	
FGTS	28.907	36.672	30.424	38.688	
Impostos, taxas e contribuições	260.037	438.071	282.505	509.138	
Federais	96.776	174.602	116.486	242.129	
Estaduais	162.419	262.071	162.437	262.122	
Municipais	842	1.398	3.582	4.887	
Juros e aluguéis	103.604	138.452	104.894	146.257	
Juros	33.252	41.889	34.457	49.400	
Aluguéis	70.352	96.563	70.437	96.857	
Remuneração de capitais próprios	(432.196)	(112.361)	(432.196)	(112.361)	
Resultado do exercício	(432.196)	(112.361)	(432.196)	(112.361)	
Valor adicionado total distribuído	286.161	938.636	325.739	1.040.798	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Marisa Lojas S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, estabelecida no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão") sob o código de negociação AMAR3, sendo classificada no nível "Novo Mercado" de Governança Corporativa.

A Marisa Lojas S.A. e suas controladas diretas e indiretas, denominadas em conjunto como "Grupo Marisa", tem como principais negócios:

- Comércio varejista de produtos de consumo e comércio eletrônico;
- Concessão de empréstimos para pessoas físicas;
- Administração de cartão de crédito próprio e de terceiros (embandeirado), intermediação de seguros, dentre outros.

1.1. Ações e impactos causados pela pandemia do Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou como pandemia em escala mundial o surto do Coronavírus (Covid-19). O aumento significativo dos casos de Covid-19 no Brasil, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem-estar e saúde de seus colaboradores, resultaram no fechamento temporário das lojas físicas da Companhia a partir de 22 de março de 2020, em linha com as medidas tomadas pelos órgãos governamentais, os quais recomendam o distanciamento e isolamento social.

A Companhia constantemente tem avaliado os potenciais impactos do Covid-19 nas áreas administrativas e de operações (lojas e centros de distribuição) e tomou algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos, incluindo:

- (i) Instituição do Comitê de Crise visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia aos impactos em função da pandemia do Covid-19.
- (ii) Adesão, em 9 de abril de 2020, ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda previsto na Medida Provisória nº 936/2020, com redução de jornada de trabalho de todos os colaboradores do escritório central e suspensão do contrato de trabalho para colaboradores das lojas e centros de distribuição, além da implementação de home office aos colaboradores do escritório central. Em julho de 2020, a Companhia e suas controladas optaram pela extensão do prazo de suspensão de contrato de trabalho ou de redução da jornada por mais 30 dias, conforme Decreto nº 10.422 de 13 de julho de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Ações e impactos causados pela pandemia do Covid-19--Continuação

- (iii) Adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para manter suas operações enquanto perdurar a pandemia, assim como para suportar a retomada delas quando autorizado pelas autoridades competentes, sendo as principais destacadas abaixo:
 - Renegociação com os arrendadores dos imóveis, sejam lojas de shopping ou lojas de rua, visando adequações nos pagamentos de aluguel, condomínio e fundo de promoção;
 - Redução da jornada de trabalho conforme mencionado anteriormente, de forma a reduzir os custo de mão de obra;
 - Renegociação de todos os contratos relevantes da Companhia e contingenciamento de todas as despesas não essenciais;
 - Revisão do plano de investimentos no ano de 2020;
 - Renegociação/postergação dos pagamentos com os principais fornecedores;
 - Postergação do pagamento de determinados impostos conforme deliberado em Decretos e Medidas Provisórias;
 - Obtenção de novas linhas de crédito junto a instituições financeiras;
 - Suspensão temporária de alguns pedidos relacionados às compras de mercadorias para revenda;
 - Comunicação dirigida aos clientes com cartão Marisa, instrução de pagamentos em sites/mídias sociais e criação de canais para pagamento de faturas.
- (iv) Aprimoramento do canal *online*, com uma plataforma robusta para comportar eventual aumento de demanda das lojas físicas para o meio digital.

Devido à incerteza do desfecho dessa pandemia, considerando que mesmo atualmente, a Covid-19 continua a impactar por período indeterminado a atividade econômica mundial, inclusive devido às paralisações obrigatórias solicitadas por autoridades governamentais, a Administração da Companhia efetuou estudos considerando os potenciais impactos nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia e entende que eles estão sujeitos a sofrerem alterações, conforme os acontecimentos futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Ações e impactos causados pela pandemia do Covid-19--Continuação

No entanto, diante do atual cenário, em linha com os requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na continuidade dos negócios, recuperabilidade dos seus ativos financeiros e não financeiros e afetar a mensuração de determinadas estimativas contábeis que pudessem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020, detalhados abaixo.

Risco de continuidade operacional

A Companhia não possui evidências de qualquer risco de continuidade operacional, considerando o cenário de projeção de fluxo de caixa elaborado pela Administração. Mesmo considerando uma análise de pior cenário, em 31 de dezembro de 2020 não havia nenhum indicativo de que a Companhia não teria condições de continuar operando, pelo menos, pelos próximos 12 meses.

No entanto, a Administração está monitorando rigorosamente as mudanças não esperadas que deterioram o ambiente econômico e de negócios, e que possam afetar a capacidade da Companhia de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos.

Recuperabilidade de ativos financeiros - NBC TG 48

Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras sólidas, com títulos lastreados ao CDI. Em função da queda da taxa de juros, a remuneração destas aplicações foram menores, porém positivas, conforme detalhado na nota explicativa nº 6.

Contas a receber (perdas de crédito esperadas)

As perdas esperadas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, considerando o perfil dos clientes e locais de recebimento das faturas a vencer do cartão Marisa e do crédito pessoal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Ações e impactos causados pela pandemia do Covid-19--Continuação

Recuperabilidade de ativos financeiros - NBC TG 48--Continuação

Contas a receber (perdas de crédito esperadas)--Continuação

Com o fechamento temporário das lojas a partir do dia 22 de março de 2020, a Companhia adotou medidas para o recebimento, como divulgação dos meios digitais para visualização das faturas, abertura de postos de recebimentos nas lojas de rua, parcerias com supermercados, farmácias, entre outros. Atualmente, com a retomada gradual das operações das lojas Marisa, ampliou-se os recebimentos de clientes, em especial a partir do terceiro trimestre de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia analisou os seus recebíveis, tanto do produto cartão Private Label quanto do Crédito Pessoal, e foi observado maior nível de crescimento da carteira adimplente quando comparado ao ápice da pandemia no segundo trimestre de 2020, sendo que a participação da carteira com atraso superior a 90 dias, atingiu os patamares anteriores aos da pandemia. O controle sobre o risco da carteira reflete o conjunto de decisões tomadas desde o início da pandemia, e após a retomada parcial da Economia.

Visando a melhor *performance* diante do cenário atual, a Companhia aprimorou o método de concessão de novos créditos, manteve o foco na manutenção da estratégia de cobrança e tem controlado os indicadores de forma a refletir a expectativa de inadimplência por meio do provisionamento de acordo com a respectiva faixa de risco. Vide movimentação dos valores de perdas de crédito esperadas, na nota explicativa nº 7.3.

Recuperabilidade de ativos não financeiros - NBC TG 01 (R4)

Estoques

Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a Companhia avalia, mensalmente, se os estoques estão apresentados por seu valor realizável, e caso negativo, registra valor de provisão para potenciais perdas.

Durante o período de pandemia, a Companhia vem aprimorando a gestão dos estoques, com maior agilidade nas remarcações de alguns itens visando uma maior atratividade de preços para fomentar as vendas na retomada das lojas e também no *e-commerce*, além de efetuar uma remodelação estrutural da cadeia de abastecimento visando a otimização e redução da quantidade de peças em estoque de lojas, porém com maior agilidade na disponibilização dos itens ao cliente, além da viabilização de liberação de capital de giro e recuperação de margem bruta mais acentuada nos próximos períodos. Adicionalmente, em função da crescente venda do e-commerce, a Companhia ampliou os canais de vendas através de um novo modelo de lojas, privilegiando a interação digital e a omnicanalidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Ações e impactos causados pela pandemia do Covid-19--Continuação

Recuperabilidade de ativos não financeiros - NBC TG 01 (R4)--Continuação

Estoques--Continuação

Com base no cenário atual e nas ações descritas anteriormente, a Companhia não identificou necessidade de constituição adicional de provisão para perdas dos estoques.

Imobilizado e intangível

Em virtude do cenário macroeconômico, a Companhia realizou as análises referentes a eventual necessidade de reduzir ao valor recuperável os seus ativos. As referidas análises foram efetuadas em função do cenário atual devido ao surto do Covid-19. Como conclusão, vide reflexo da análise efetuada na movimentação da provisão em 31 de dezembro de 2020, conforme nota explicativa nº 13.

Tributos sobre o lucro (consolidado) - NBC TG 32 (R4)

A Companhia e a controlada Club atualizaram as projeções das análises efetuadas sobre a recuperabilidade do IR e CS diferidos da controlada Club, considerando os efeitos do Covid-19, e não identificaram a necessidade de provisão ou baixa do saldo registrado contabilmente.

Recuperabilidade de tributos indiretos - ICMS, PIS e COFINS

A Companhia, com base no cenário atual, avaliou as projeções de recuperabilidade dos tributos indiretos registrados em 31 de dezembro de 2020, e não identificou necessidade de alteração no que tange à realização dos valores, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Ações e impactos causados pela pandemia do Covid-19--Continuação

Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento - NBC TG 06 (R3)

Dentre as ações adotadas para preservação do caixa encontra-se a renegociação dos contratos de locação, visando a suspensão ou redução do valor pago mensalmente.

Em 7 de julho de 2020, o CPC divulgou a aprovação de revisão do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamento, correspondente à NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, em decorrência de benefícios concedidos a arrendatários relacionados à Covid-19. Essa revisão foi aprovada pela CVM por meio da Deliberação nº 859/20.

A Companhia adotou o expediente prático (benefícios concedidos em Contrato de Arrendamento que ocorram como consequência direta da pandemia do Covid-19), resultando em economia de caixa de R\$58.793 em 2020, além de postergações de pagamentos durante os meses, impulsionados pela administração do caixa da Companhia. Adicionalmente, não houve descontos com valores relevantes registrado no período findo em 31 de março de 2020.

Para os contratos renegociados em função do efeito do Covid-19, a Companhia já contemplou tais alterações conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 22 de março de 2021.

2. Empresas controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem as empresas descritas nos subitens a seguir:

2.1. CLUB Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("CLUB")

A Club tem por objetivo principal a administração do Cartão Marisa.

2.2. MAX Participações Ltda. ("MAX")

A MAX opera como *holding* investindo na sociedade SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX").

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Empresas controladas--Continuação

2.3. SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("SAX")

A SAX tem por objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas.

2.4. REGISTRADA Marcas, Patentes e Royalties Ltda. ("REGISTRADA")

A Registrada opera a gestão de ativos intangíveis não financeiros, incluindo a administração de marcas, a compra, a venda, o uso e o licenciamento pelo uso de marcas e patentes, o recebimento de "*royalties*", a permissão para reprodução e a utilização das marcas e patentes em processos e produtos.

3. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards — IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board — IASB.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo Marisa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas em suas respectivas notas explicativas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG 09 aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas e apresentadas em suas respectivas notas explicativas.

4.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.2. Base de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta ou indiretamente pela Companhia. As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado seguem a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto guando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis--Continuação

4.3. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo Marisa (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

4.4. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas

Os seguintes pronunciamentos contábeis passaram a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

 a) NBC TG 26 (R5) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TG 23 (R2) / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de materialidade

As emendas do NBC TG 26 (R5) / IAS 1 e do NBC TG 23 (R2) / IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis.

A Administração entende que estas emendas não apresentaram impactos significativos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia.

b) NBC TG Estrutura conceitual / CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

Em 1º de novembro de 2019 o Comitê de Pronunciamento Contábeis aprovou a revisão na estrutura conceitual da NBC TG Estrutura conceitual / CPC 00 (R2), surgindo as seguintes alterações: a) aperfeiçoamento nas definições de ativo, passivo, receitas, despesas e critérios sobre inclusão/remoção de ativos e passivos financeiros; b) definição do objetivo do relatório financeiro; c) orientações sobre as bases de mensuração, apresentação e divulgação; e d) características das demonstrações contábeis uteis ao usuário.

A Administração entende que estas revisões não apresentaram impactos significativos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis--Continuação

4.4. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas--Continuação

c) Alterações na NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48 - Reforma da Taxa de Juros de Referência

A Deliberação CVM nº 854 de 24 de abril de 2020 aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15 referente aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, cujas Normas Brasileiras de Contabilidade correlatas são a NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48, em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da *London Interbank Offered Rate* (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021.

A Administração entende que estas revisões não apresentaram impactos significativos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia.

d) Alterações na NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) – Arrendamentos – Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

A Deliberação CVM nº 859 de 7 de julho de 2020 aprova e torna obrigatório, para as companhias abertas, o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em função dos impactos causados nos arrendamentos em decorrência do Covid-19.

Os impactos dessa deliberação estão apresentados na nota explicativa nº 14, conforme estabelecido pelos novos parágrafos incluídos na norma em destaque.

4.5. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As alterações de normas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato a NBC TG 26 (R5) / CPC 26 (R1) — Apresentação das demonstrações contábeis, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis—Continuação

4.5. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante---Continuação

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia pretende adotar essa alteração quando entrar em vigor.

5. Principais estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se nas experiências históricas e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas também requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da Administração do Grupo Marisa em relação ao futuro que impactam sobre questões que são incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos à medida que aumenta o número de premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão contempladas a sequir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais estimativas e julgamentos--Continuação

5.1. Provisões para perdas em estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na data do balanço.

A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção, além de itens identificados no exercício com baixo giro. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques na data do balanço, com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

Com relação à obsolescência e baixa rotatividade, a Companhia realiza uma avaliação dos itens sem movimentação acima de um ano, além de análise qualitativa para identificação quanto aos itens obsoletos das suas coleções, e com base nessa avaliação, constitui uma provisão para obsolescência.

5.2. Provisão para perdas em crédito

As contas a receber de clientes do Cartão Marisa e empréstimos pessoais são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a eventual perda efetiva pelo seu não pagamento.

Com base nos níveis históricos de inadimplência aplica-se um percentual para cada faixa dos valores vencidos e a vencer. Com a implementação da IFRS 9, equivalentes à NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, tal critério vem sendo ampliado com a consideração de novos parâmetros incluindo avaliação por grupos homogêneos, além da inclusão dos limites dos saldos disponíveis aos clientes.

5.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Administração avalia periodicamente com base na expectativa de lucros futuros a possibilidade de absorção dos prejuízos acumulados. Com base em tal avaliação é definido o parâmetro e horizonte de realização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido ativo existente, bem como a constituição dos créditos de impostos diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais estimativas e julgamentos--Continuação

5.4. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo, é determinado utilizando técnicas de avaliação disponíveis. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

5.5. Transações com pagamentos baseados em ações – "Stock Options"

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas em ações e derivativos de ações, com seus funcionários, baseado no valor justo de tais instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa de tal valor justo dos pagamentos requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão desses instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

5.6. Transações com pagamentos baseados em ações – "Phantom Shares"

Para transações com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, a Companhia mensura o passivo incorrido por meio de valor justo, até que seja liquidado e remensura o valor justo do passivo ao término da cada exercício de reporte e na data da liquidação, sendo que quaisquer mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

5.7. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração se baseia nas informações de seus assessores jurídicos (aplicável aos riscos tributários e cíveis) e em percentual de perda histórico (aplicável aos riscos trabalhistas) para constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, atualizadas até a data de divulgação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. No entanto, em decorrência do trâmite dos processos, a classificação da probabilidade de perda pode não ser definitiva até a conclusão dos processos.

5.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil liquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstancias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidencias identificadas, e o valor contábil liquido exercer o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto guando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

6.1. Política contábil de caixa e equivalentes

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de variação ou alteração de seu valor.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

6.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Contr	Controladora		olidado
	2020	2019	2020	2019
Caixa	8.773	14.158	8.777	14.168
Bancos conta movimento	26.541	19.629	28.723	22.910
Aplicações financeiras (6.3)	235.785	555.779	489.432	688.420
	271.099	589.566	526.932	725.498

6.3. Composição das aplicações financeiras

	Controladora		Cons	olidado
	2020	2019	2020	2019
Operações compromissadas CDB (i) Operações compromissadas DI (ii) Letra financeira	201.133 34.652 -	555.779 - -	222.383 267.038 11	592.444 95.966 10
	235.785	555.779	489.432	688.420

⁽i) Referem-se às aplicações compromissadas com lastro em CDB, onde há compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento. Em 31 de dezembro de 2020, as operações apresentaram remuneração média de 101,85% na controladora e 101,42% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,70% na controladora e 100,69% no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

⁽ii) Referem-se às aplicações compromissadas com lastro em título público no valor de R\$229.116 e compromissadas com lastro em papel de terceiros (debentures) R\$37.922 da controlada SAX, onde há compromisso de recompra definido no ato da negociação, normalmente no próximo dia útil subsequente. Em 31 de dezembro de 2020, as operações apresentaram remuneração média de 95,49% do (CDI) para títulos públicos e 92,45% do CDI para compromissadas com lastro em papel de terceiros (96,59 % em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários--Continuação

6.4. Composição de títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consc	olidado
	2020	2019	2020	2019
Fundos de investimentos (i)	-	49.484	-	49.484
Aplicações em CDB (ii)	32.267	-	34.271	7.129
Operações compromissadas LAM	-	97	-	179
Braskem ações	388	515	388	515
Bloqueio judicial - outros	-	212	-	219
	32.655	50.308	34.659	57.526
Ativo circulante	388	515	388	515
Ativo não circulante	32.267	49.793	34.271	57.011
	32.655	50.308	34.659	57.526

⁽i) Em 31 de dezembro de 2019, estava representado por fundos de Investimentos dados em garantia das operações com Debêntures relativas a 4ª emissão com remuneração média de 97,66% do CDI no valor de R\$43.053 e garantia a processos judiciais com remuneração média de 56,21% do CDI no montante de R\$429, cujas operações foram resgatadas no 1º trimestre de 2020, e também por garantia da operação de co-branded com o Itaú Unibanco cuja remuneração média foi de 96,22% do CDI no valor de R\$6.002.

6.5. Risco de crédito

Conforme política financeira da Companhia, os valores registrados como equivalentes de caixa e aplicações financeiras são aplicados em instituições financeiras com *rating* de longo prazo em escala nacional, classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

⁽ii) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDB), cuja remuneração média, em 31 de dezembro de 2020, foi de 99,83% do CDI, dados em garantia na operação de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, (R\$ 17.680 com remuneração de 97,50% do CDI), Banco ABC (R\$ 2.004 com remuneração de 115% do CDI), Banco Alfa (R\$ 3.008 com remuneração de 100% do CDI), Banco Daycoval (R\$ 2.005 com remuneração de 100% do CDI) e dados em garantia da Operação de NP da Marisa com o Banco Safra o valor de R\$ 8.419 com remuneração média de 101,00% CDI, conforme nota explicativa nº 16. Em 31 de dezembro de 2019, referiam-se às aplicações em CDB com remuneração média de 99,00%, dados em garantia na operação de financiamento junto ao Santander, cujas operações foram resgatadas durante o 1º trimestre de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes

7.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito e débito (Marisa e terceiros) e de empréstimo pessoal no curso normal das atividades da Companhia. As operações de venda a prazo são registradas pelos valores faturados, ajustados ao valor presente, considerando-se a taxa média do custo de captação da Companhia, pois o preço à vista e o parcelamento têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos.

A provisão para perdas em créditos é constituída com base na análise das carteiras de clientes, e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos.

Cantraladara

Canaalidada

7.2. Composição das carteiras

	Controladora		Cons	olidado
	2020	2019	2020	2019
Cartões de crédito e débito - terceiros (i)	143.707	140.983	143.751	141.027
Cartão Marisa Itaucard - "co-branded" (ii)	29.477	39.929	29.477	39.929
Cartão Marisa - "private label" com juros (iii)	-	-	272.700	326.993
Cartão Marisa - "private label" sem juros	180.705	162.256	268.328	336.486
Contas a receber - Banco Itaú Unibanco	-	-	2.941	5.790
Operações de crédito pessoal - SAX	-	-	123.783	178.207
Outras contas a receber	1.758	21	1.786	215
Ajuste a valor presente	(1.485)	(2.261)	(1.485)	(2.261)
Perdas de crédito esperadas (iv)	` -	` -	(136.106)	(153.895)
	354.162	340.928	705.175	872.491

⁽i) Refere-se ao saldo com administradoras de cartões de crédito, cujo recebimento se dá em até 90 dias é de 93,30% em 31 de dezembro de 2020 (93,6% em 31 de dezembro de 2019).

⁽ii) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. ("Itaú Unibanco") para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa ("co-branded"), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do "Cartão Marisa" para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Companhia o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.

⁽iii) Refere-se às operações do Cartão Marisa registradas na Club, com parcelas vencidas, que são migradas automaticamente para a SAX, enquanto que as vendas parceladas com incidência de juros são originadas diretamente na financeira.

⁽iv) O critério de provisão do Cartão Marisa e Operações de crédito pessoal tem como base a expectativa de realização da carteira de crédito, levando em consideração a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com razoável grau de assertividade, e atende aos conceitos do Pronunciamento Técnico NBC TG 48/IFRS 9. Tal critério, tanto para distribuição das faixas como para atribuição do percentual de provisão, não é comparável com o utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central (Res. 2682), que estabelece, entre outros, o arrasto dos saldos dos clientes para a pior faixa de risco, com a aplicação de percentuais mínimos de provisão para cada faixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

7.3. Perdas de crédito esperadas

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas em contrapartida das perdas de crédito esperadas, exceto as operações com empréstimos pessoais, as quais são mantidas em carteira até completarem 360 dias do vencimento, em razão da prática das instituições financeiras.

Consolidado

<u>Movimentação</u>

	Oorisonaad
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(80.497)
Créditos provisionados no exercício	(143.236)
Créditos baixados definitivamente	69.838
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(153.895)
Créditos provisionados no exercício	(209.995)
Créditos baixados definitivamente	227.784
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(136.106)

7.4. Aging da carteira - cartão de crédito Marisa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer:				
Até 30 dias	99.255	101.309	113.342	107.217
De 31 a 60 dias	33.963	42.835	44.128	55.003
De 61 a 90 dias	20.365	11.417	33.641	43.057
De 91 a 120 dias	13.810	2.556	21.170	29.692
De 121 a 150 dias	10.669	1.644	12.311	19.704
De 151 a 180 dias	952	870	3.020	15.086
De 181 a 210 dias	524	629	1.867	3.620
Acima de 210 dias e menor de 360 dias	1.167	996	3.757	6.579
Soma do saldo a vencer	180.705	162.256	233.236	279.958
Percentual sobre a carteira total	100,00%	100,00%	86,92%	83,20%
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	17.781	28.679
De 31 a 60 dias	-	-	2.594	5.782
De 61 a 90 dias	-	-	1.078	3.156
De 91 a 120 dias	-	-	744	2.573
De 121 a 150 dias	-	-	477	2.142
De 151 a 180 dias		-	12.418	14.196
Total do saldo vencidas	-	-	35.092	56.528
Percentual sobre a carteira total	0,00%	0,00%	13,08%	16,80%
Total dos saldos a vencer e vencidas	180.705	162.256	268.328	336.486

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

7.5. Aging da carteira - empréstimo pessoal (SAX)

	Cons	Consolidado	
	2020	2019	
A vencer:			
Até 30 dias	16.126	27.217	
De 31 a 60 dias	13.285	23.413	
De 61 a 90 dias	10.755	19.059	
De 91 a 180 dias	22.270	36.204	
Acima de 181 dias	19.507	23.084	
Soma do saldo a vencer	81.943	128.977	
Percentual sobre a carteira total	66,20%	72,37%	
Vencidas:			
Até 30 dias	4.507	8.967	
De 31 a 60 dias	3.212	6.071	
De 61 a 90 dias	3.470	5.566	
De 91 a 120 dias	4.106	5.381	
De 121 a 150 dias	4.514	4.959	
De 151 a 180 dias	4.741	4.522	
De 181 a 240 dias	8.975	7.382	
De 241 a 300 dias	6.289	4.503	
De 301 a 360 dias	2.026	1.879	
Total do saldo vencidas	41.840	49.230	
Percentual sobre a carteira total	33,80%	27,63%	
Total dos saldos a vencer e vencidas	123.783	178.207	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes -- Continuação

7.6. Aging da carteira - Cartão Marisa - "private label" com juros

	Consolidado		
	2020	2019	
A vencer:			
Até 30 dias	31.142	32.987	
De 31 a 60 dias	22.813	24.995	
De 61 a 90 dias	21.494	25.494	
De 91 a 180 dias	48.210	50.654	
Acima de 181 dias	30.302	27.839	
Soma do saldo a vencer	153.961	161.969	
Percentual sobre a carteira total	56,46%	49,53%	
Vencidas:			
Até 30 dias	14.224	20.986	
De 31 a 60 dias	6.910	12.972	
De 61 a 90 dias	5.024	12.988	
De 91 a 120 dias	4.374	13.525	
De 121 a 150 dias	3.651	13.133	
De 151 a 180 dias	5.178	12.362	
De 181 a 240 dias	20.213	26.268	
De 241 a 300 dias	35.927	30.259	
De 301 a 360 dias	23.238	22.531	
Total do saldo vencidas	118.739	165.024	
Percentual sobre a carteira total	43,54%	50,47%	
Total dos saldos a vencer e vencidas	272,700	326.993	

7.7. Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportadas por sistemas tecnológicos e processos avançados, vinculados à área de risco e fraude, visando minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de seus clientes que considera a capacidade de pagamento por meio de análise de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Estoques

8.1. Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte, seguro, manuseio e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Para o cálculo do ajuste a valor presente, considera-se o custo médio de captação da Companhia.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída pela Administração, em caso de desvalorização, obsolescência, baixa rotatividade de produtos e perdas de inventário.

8.2. Composição

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	
Mercadorias para revenda	289.681	437.732	
Provisões para perdas dos estoques	(24.397)	(24.878)	
Ajuste a valor presente	(2.489)	(3.134)	
Mercadorias para revenda, líquidas	262.795	409.720	
Importação em andamento	6.121	20.032	
Estoque de material de consumo e embalagem	5.961	11.918	
	274.877	441.670	

8.3. Provisão para perdas em estoques

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(49.377)
Provisão constituída	(26.667)
Baixa de provisão	`51.166
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(24.878)
Provisão constituída	(29.834)
Baixa de provisão	30.315
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(24.397)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Tributos a recuperar

9.1. Política contábil

Os tributos a recuperar são aqueles incluídos nas operações de aquisições de bens e serviços geralmente vinculados às atividades operacionais da Companhia. Tais tributos não são apropriados aos custos dos estoques e a Companhia adota os critérios estabelecidos nas legislações vigentes para sua apropriação.

9.2. Composição

Controladora		Consolidado	
2020	2019	2020	2019
14 007	4 500	14.007	4.500
			10.764
11.000	0.104	14.507	10.704
2.986	395	90.809	84.776
1.284	887	3.489	2.630
494.943	580.688	502.179	586.339
108.461	127.063	110.397	128.652
1.583	2.154	1.583	2.154
3.701	5.951	4.691	6.929
638.571	729.822	741.542	826.744
136.832	179.770	180.988	276.692
501.739	550.052	560.554	550.052
638.571	729.822	741.542	826.744
	2020 14.007 11.606 2.986 1.284 494.943 108.461 1.583 3.701 638.571 136.832 501.739	2020 2019 14.007 4.500 11.606 8.184 2.986 395 1.284 887 494.943 580.688 108.461 127.063 1.583 2.154 3.701 5.951 638.571 729.822 136.832 179.770 501.739 550.052	2020 2019 2020 14.007 4.500 14.007 11.606 8.184 14.387 2.986 395 90.809 1.284 887 3.489 494.943 580.688 502.179 108.461 127.063 110.397 1.583 2.154 1.583 3.701 5.951 4.691 638.571 729.822 741.542 136.832 179.770 180.988 501.739 550.052 560.554

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Em julho de 2002, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança referente à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo que em novembro de 2018, obteve o trânsito em julgado favorável de sua ação (RE/504.365) perante o Supremo Tribunal Federal. A ação garantiu à Companhia o direito de reaver, mediante compensação, os valores indevidamente recolhidos e não prescritos, no período de 1992 a 2014, com as devidas correções. O impacto total registrado à época corresponde a R\$801.260. Em março de 2019, foi deferido o pedido de habilitação do créditos pela Receita Federal, estando a Companhia apta para compensações futuras, sendo o montante atualizado de R\$807.701, àquela data. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo desses créditos é de R\$486.893 (R\$596.368 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Tributos a recuperar--Continuação

9.2. Composição--Continuação

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS--Continuação

A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) em janeiro de 2015, sobre o mesmo tema, buscando afastar as alterações trazidas pela Lei 12.973/2014. Em junho de 2015, foi concedida a antecipação de tutela para excluir o ICMS sobre vendas de mercadorias da base de cálculo do PIS e da COFINS. Desta forma, a Companhia passou a suspender a exigibilidade deste débitos em suas obrigações mensais. A sentença judicial confirmou a decisão liminar e ratificou todos os seus termos, ocorrendo em fevereiro de 2018 o transito em julgado definitivo desta ação. Referente ao período de dezembro de 2014 a junho de 2015, e saldos remanescentes de fevereiro de 2018, a Companhia apurou os valores recolhidos indevidamente e procedeu o pedido de habilitação perante a Receita Federal, o qual foi deferido em novembro de 2018, no montante de R\$53.229, sendo estes totalmente utilizados até fevereiro de 2019.

A Solução de Consulta RFB COSIT nº 13 trouxe o entendimento de que o montante a ser excluído da base de cálculo da contribuição é o valor mensal do ICMS a recolher, no entanto há expressa determinação de consideração do caso concreto do contribuinte. Ambas as ações judiciais da Companhia, transitadas em julgados nas datas supramencionadas, estão pautadas e fundamentadas na exclusão do ICMS incidente em cada operação de venda (tido como ICMS destacado), constando inclusive nas decisões judiciais, sem qualquer alegação da Procuradoria nos autos a respeito do ICMS recolhido/a recolher

A Companhia, com base no disposto do Ofício-Circular CVM SNC/SEP 01/21 e da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, reavaliou o tratamento contábil aplicado e concluiu que não se trata de um ativo contingente e a realização do ganho é praticamente certa, uma vez que ambas as ações possuem o trânsito em julgado favorável com referência ao ICMS destacado e possui os créditos habilitados pela Receita Federal, em conformidade com pareceres elaborados por nossos assessores jurídicos. Adicionalmente, os montantes contabilizados foram mensurados com razoável confiabilidade e conciliado com os arquivos ficais e contábeis de cada período de apuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Tributos a recuperar--Continuação

9.3. Plano de compensação dos tributos a recuperar - Controladora

A Companhia realizou um estudo com base nos últimos recolhimentos de PIS e COFINS, além de considerar também as projeções orçamentárias para o próximo exercício, e a expectativa de realização dos saldos dos valores relativos aos créditos fiscais, oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e demais créditos de PIS e COFINS, e classificou R\$102.074 no circulante (R\$168.583 em dezembro de 2019) e R\$501.330 (R\$546.408 em dezembro de 2019) no não circulante.

Do montante registrado como não circulante, a Companhia apresenta o valor de R\$409 referente a créditos de ICMS e R\$501.330 referente aos créditos de PIS e COFINS.

Assim sendo, temos a expectativa de compensação desses créditos conforme relacionada a seguir:

Anos	Controladora	Consolidado
2022	180.825	183.118
2023	142.867	142.867
2024	152.403	208.925
2025	25.644	25.644
	501.739	560.554

10. Imposto de renda e contribuição social

10.1. Política contábil

10.1.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro.

Para a Controlada Registrada, o regime de apuração utilizado é o lucro presumido. Para as demais empresas, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas com base no regime de lucro real.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

10.1. Política contábil--Continuação

10.1.2. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre os lucros diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

10.1.3. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Periodicamente, a Companhia revisa os saldos de composição e projeção de orçamento para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos da controladora e de suas controladas. Na revisão das estimativas da Controladora referente aos saldos de ativos fiscais diferidos, realizada em exercícios anteriores, a Companhia observou que um dos fatores mais relevantes para fins orçamentários estava relacionado à elaboração das projeções de receita, que vinha apresentando resultados históricos abaixo do orçado.

Diante disso, a Companhia entendeu que o histórico de prejuízos recorrentes se tornou a evidência mais substancial para determinar se ativos fiscais diferidos são realizáveis na medida em que existirão resultados tributáveis futuros, já que as metas para alcançar lucros fiscais não estavam sendo atingidas. Dessa forma, a Companhia decidiu por realizar a baixa integral do prejuízo fiscal e base negativa de imposto de renda e contribuição social, bem como as diferenças temporárias da Controladora Marisa S.A. em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em virtude dos impactos causados pela pandemia do Covid-19, o estudo foi revisitado e a conclusão permanece a mesma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

10.1. Política contábil--Continuação

10.1.3. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O imposto de renda e contribuição social diferidos da controlada Club em 31 de dezembro de 2020 sobre prejuízo fiscal e base negativa é de R\$19.494, cuja expectativa de realização, mediante o atual cenário, é de seis anos. Para a controlada indireta SAX, o imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2020 sobre prejuízo fiscal e base negativa é de R\$15.889, cuja expectativa de realização, mediante o atual cenário, é de um ano.

10.2. Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Controladora		Cons	olidado
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal	339.638	243.513	363.903	253.604
Base negativa de CSLL	122.269	87.665	133.387	91.297
Provisão para riscos	37.439	32.765	42.681	38.108
Receita diferida - parcerias	-	-	14.271	20.328
Perdas de crédito esperadas	-	-	15.543	28.161
Provisão para perdas nos estoques	8.295	8.458	8.295	8.458
Provisões contas a pagar	24.232	23.693	26.661	26.593
Remuneração variável	3.133	6.078	3.153	6.313
Comissão de cartões	47	1.101	47	1.101
Provisão de aluguéis Ajuste a valor presente Provisão para perdas de <i>hedge accounting</i> Outros	1.284 506 2.351 1.100	1.296 3.090 568	1.284 506 2.351 678	1.296 1.986 568
Baixa de IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa Baixa de IRPJ e CSLL diferidos sobre	(461.907)	(92) (331.178)	(461.907)	(721) (331.178)
diferenças temporárias	<u>(76.036)</u>	(76.389)	(76.036)	(76.389)
	2.351	568	74.817	69.525
Classificados como:	2.351	568	74.817	69.525
Ativo não circulante	2.351	568	74.817	69.525
	2.331	300	74.017	00.020

10.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos

A Companhia possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos, por entender não ser provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização de seus benefícios, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

10.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos--Continuação

	20	2020		19
		Efeito		Efeito
Base	Valor	tributário	Valor	tributário
Diferenças temporárias	223.640	76.036	224.678	76.389
Prejuízos fiscais acumulados	1.358.549	461.907	974.052	331.178
·	1.582.189	537.943	1.198.730	407.567

10.4. Conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente	(432.196) 34%	(112.361) 34%	(435.092) 34%	(79.944) 34%
Expectativa de crédito de IRPJ e da CSLL, de acordo com a alíquota vigente	146.947	38.203	147.931	27.181
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes: Equivalência patrimonial	(2.276)	30.180	_	-
Efeitos da diferença de alíquota da CSLL da financeira SAX (i) Outras (adições) exclusões permanentes Lucro, exceto resultado financeiro, das controladas	(5.002)	- 1.528	(2.866) (2.464)	(5.385) (4.930)
cuja tributação é feita com base no lucro presumido: Reversão do efeito da tributação - lucro real Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como	-	-	1.535	-
base para cálculo Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais do exercício, para os quais não foram registrados, em virtude de não haver	-	-	(613)	-
evidências sobre sua realização: Diferenças temporárias Outras adições temporárias Efeito do IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais não	(5.694) -	19.067 -	(5.694) (958)	39.695 -
reconhecidos	(133.975)	(88.978)	(133.975)	(88.978)
=	-	-	2.896	(32.417)
Imposto de renda e contribuição social efetivos				
Correntes	-	-	(613)	(31.334)
Diferidos		<u> </u>	3.509 2.896	(1.083)
-			2.030	(32.411)

⁽i) A diferença de alíquota da CSLL é decorrente da consolidação dos saldos da controlada indireta SAX S/A - Crédito, Financiamento e Investimento, a qual possui alíquota de 15% em consonância com a Lei nº 13.169/15.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Partes relacionadas

11.1. Política contábil

A Companhia aplica as normas contábeis relativas a partes relacionadas na identificação e contabilização das referidas transações; saldos existentes, incluindo compromissos, entre a entidade que reporta a informação e tais partes relacionadas, e na determinação das divulgações a serem feitas acerca dessas transações.

Tais transações e saldos existentes com outras entidades do Grupo são divulgadas em destaque nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Transações e saldos intercompanhias existentes são eliminados, exceto em relação àqueles entre a entidade (enquanto investidora) e suas controladas, as quais são mensuradas e registradas pelo valor justo por meio de resultado na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A demonstração do resultado e o balanço patrimonial da entidade podem ser afetados por um relacionamento com partes relacionadas mesmo que não ocorram transações entre elas. A mera existência do relacionamento pode ser suficiente para afetar as transações da entidade com outras partes.

Em sua operação regular, a Companhia possui transações com entidades do mesmo grupo econômico, destacando-se:

- Operações de venda a prazo no cartão de crédito, comercialização de seguros e outros serviços, assim como concessão de empréstimos pessoais são realizados nas dependências das lojas da Companhia;
- As despesas administrativas do Grupo incorridas são compartilhadas entre as entidades e posteriormente rateadas, respeitando a vigência dos contratos firmados entre as partes;
- Aluquéis devidos pela Companhia às empresas do Grupo;
- Adiantamentos recebidos com posterior distribuição de dividendos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Partes relacionadas--Continuação

11.2. Composição

11.2.1. Saldos e transações eliminados na consolidação

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora. Os detalhes estão apresentados a seguir:

	Controladora		
	2020	2019	
Ativo circulante:			
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	10.915	18.264	
Sax S.A Crédito, Financiamento e Investimento	10.984	7.648	
Registrada Marcas, Patentes e Royalties Ltda. (ii)	1.358	-	
	23.257	25.912	
Passivo circulante:			
Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	2.233	2.859	
	Contr	oladora	
	2020	2019	
Resultado:			
Club Administradora de Cartões de Crédito S.A. (i)	507	600	

⁽i) Refere-se à comissão paga por administração do Cartão Marisa e repasse de valores por pagamento de clientes nas loias.

11.2.2. <u>Composição das operações com outras partes relacionadas - transações não</u> consolidadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e partes relacionadas as quais não foram eliminadas de acordo com as normativas contábeis requeridas para partes relacionadas não controladas estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	
Ativo não circulante:			
Mareasa Participações Ltda.	252	-	
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	54.516	98.177	
·	54.768	98.177	
Passivo circulante e não circulante:			
Mareasa Participações Ltda.	270	-	
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	60.137	104.237	
	60.407	104.237	

⁽ii) Referé-se a mutuo firmado em 17 de novembro de 2020, no valor de R\$1.350 e taxa de 100% CDI + 3% a.a. Esta transação foi liquidada em 8 de fevereiro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Partes relacionadas--Continuação

11.2. Composição--Continuação

11.2.2. <u>Composição das operações com outras partes relacionadas - transações não consolidadas</u>--Continuação

	Controladora e Consolidado		
	2020 2019		
Resultado:			
Mareasa Participações Ltda.	136	224	
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	26.867	43.551	
	27.003	43.775	

A Companhia possui contratos de locação de imóveis junto a partes relacionadas para determinadas lojas as quais são demonstradas em conjunto com demais contratos com terceiros na nota explicativa nº 14.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com terceiros.

11.3. Remuneração da Administração da Companhia

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 30 de junho de 2020, foi fixado o limite de remuneração global dos Administradores em até R\$27.474 para o exercício social de 2020 (R\$17.601 para o exercício de 2019).

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado e está assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado		
	2020	2019	
Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de			
Auditoria	1.453	1.860	
Diretoria	7.109	7.717	
Benefícios de curto prazo	426	430	
Plano de opções de ações e incentivo de longo prazo e outros	2.833	24.913	
	11.821	34.920	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos (Controladora)

12.1. Política contábil

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial na Controladora. Nas operações entre as controladas da Companhia, os ganhos ou perdas não realizadas foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia.

12.2. Composição

				31/12/2020			
	Participação direta e indireta %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club Max Registr	100,00% 100,00% ada 100,00%	534.355 111.696 6.392	297.623 1.673	236.732 112.797 4.719	(886) (10.293) 4.485	236.732 112.797 4.719 354.248	(886) (10.293) 4.485 (6.694)
						004.240	(0.004)
	Davidada a 2			31/12/2019			
	Participação direta e indireta %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Total do investimento	Resultado da equivalência
Club Max Registr	100,00% 100,00% ada 100,00%	585.894 134.307 3.817	348.276 - 298	237.618 135.408 3.519	372 80.457 7.935	237.618 135.408 3.519	372 80.458 7.935
J	,					376.545	88.765
12.3. Movin	nentação dos in	vestimento	os em contr	oladas			
Partic	em 31 de dezembro d sipação no resultado e endos recebidos		as			373.860 88.765 (86.080)	
Saldo e Partid	em 31 de dezembro o cipação no resultado endos recebidos		las			376.545 (6.694) (15.603)	_
	em 31 de dezembro d	le 2020				354.248	_

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos (Controladora)--Continuação

12.4. Informações financeiras resumidas das controladas

	31/12/2020				
-	Club	Max	Registrada	Total	
Balanço patrimonial					
Ativo circulante	442.389	130	4.388	446.907	
Ativo não circulante	91.966	111.566	2.004	205.536	
Passivo circulante	259.859	(1.101)	1.673	260.431	
Passivo não circulante	37.764	` -	-	37.764	
Patrimônio líquido	236.732	112.797	4.719	354.248	
Demonstração do resultado					
Receita líquida	152.493	258.916	5.271	416.680	
Lucro (Prejuízo) do exercício	(886)	(10.293)	4.485	(6.694)	
		31/12/	2019		
-	Club	31/12/ Max	2019 Registrada	Total	
Balanço patrimonial	Club			Total	
Balanço patrimonial Ativo circulante	Club 478.406			Total 482.143	
		Max	Registrada		
Ativo circulante	478.406	Max (80)	Registrada	482.143	
Ativo circulante Ativo não circulante	478.406 107.488	(80) 134.387	Registrada 3.817	482.143 241.875	
Ativo circulante Ativo não circulante Passivo circulante	478.406 107.488 294.469	(80) 134.387	Registrada 3.817	482.143 241.875 293.666	
Ativo circulante Ativo não circulante Passivo circulante Passivo não circulante	478.406 107.488 294.469 53.807	(80) 134.387 (1.101)	3.817 - 298 -	482.143 241.875 293.666 53.807	
Ativo circulante Ativo não circulante Passivo circulante Passivo não circulante Patrimônio líquido	478.406 107.488 294.469 53.807	(80) 134.387 (1.101)	3.817 - 298 -	482.143 241.875 293.666 53.807	

13. Imobilizado e intangível

13.1. Política contábil

13.1.1. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração não identificou nenhum indicativo relevante que requeresse a reavaliação da vida útil dos seus ativos imobilizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado e intangível--Continuação

13.1. Política contábil--Continuação

13.1.2. Intangível

Os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador ("software") e de sistemas de gestão empresarial são capitalizados e amortizados e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Os gastos com desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso:
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os gastos com desenvolvimento de *software* são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, a qual é reavaliada anualmente. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração não identificou nenhum indicativo relevante que requeresse a reavaliação da vida útil dos seus ativos intangíveis. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel são capitalizados e posteriormente amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação, pois não são recuperáveis ao final do prazo de locação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado e intangível--Continuação

13.1. Política contábil--Continuação

13.1.3. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC's), os quais correspondem a cada uma das lojas.

13.2. Composição do imobilizado

Instalações
Benfeitorias em imóveis de
terceiros
Equipamentos de informática
Móveis e utensílios
Outros imobilizados

Controladora							
	2020			2019			
Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido		
315.199	(256.696)	58.503	315.242	(242.364)	72.878		
739.420 133.099	(723.232) (121.930)	16.188 11.169	753.974 131.588	(722.220) (118.930)	31.754 12.658		
212.063	(170.320)	41.743	214.983	(159.897)	55.086		
8.069 1.407.850	(4.260) (1.276.438)	3.809 131.412	5.423 1.421.210	(4.022) (1.247.433)	1.401 173.777		

Instalações
Benfeitorias em imóveis de
terceiros
Equipamentos de informática
Móveis e utensílios
Outros imobilizados

	Consolidado							
	2020			2019				
Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido			
316.065	(257.092)	58.973	315.750	(242.715)	73.035			
740.287	(724.029)	16.258	754.840	(722.936)	31.904			
141.510	(129.347)	12.163	139.999	(125.444)	14.555			
213.675	(171.627)	42.048	216.595	(161.135)	55.460			
8.618	(4.734)	3.884	5.972	(4.438)	1.534			
1.420.155	(1.286.829)	133.326	1.433.156	(1.256.668)	176.488			

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado e intangível--Continuação

13.3. Movimentação do valor contábil líquido do imobilizado

	Controladora							
	Taxa média anual %	2019	Adições	Baixas	Depreciação	Provisão ao valor recuperável	2020	
Instalações Benfeitorias em imóveis de	10	72.878	10.381	(1.640)	(21.046)	(ii) (2.070)	58.503	
terceiros	(i)	31.754	3.455	(598)	(18.700)	277	16.188	
Equipamentos de informática	20	12.658	3.278	(261)	(4.316)	(190)	11.169	
Móveis e utensílios	10	55.086	1.945	(596)	(14.355)	(337)	41.743	
Outros imobilizados	10	1.401	2.971	(140)	(423)	-	3.809	
		173.777	22.030	(3.235)	(58.840)	(2.320)	131.412	

	Consolidado							
	Taxa média anual %	2019	Adições	Baixas	Depreciação	Provisão ao valor recuperável	2020	
Instalações Benfeitorias em imóveis de	10	73.035	10.737	(1.640)	(21.089)	(ii) (2.070)	58.973	
terceiros	(i)	31.904	3.455	(598)	(18.780)	277	16.258	
Equipamentos de informática	20	14.555	3.281	(261)	(5.222)	(190)	12.163	
Móveis e utensílios	10	55.460	1.945	(596)	(14.424)	(337)	42.048	
Outros imobilizados	10	1.534	2.971	(140)	(481)	-	3.884	
	-	176.488	22.389	(3.235)	(59.996)	(2.320)	133.326	

⁽i) O prazo de depreciação é realizado conforme prazo contratual, variando entre cinco a dez anos.

⁽ii) O total da depreciação das contas patrimoniais difere em R\$3.279 do resultado, pelo fato de haver compartilhamento de despesas de depreciação entre a controladora e suas controladas.

	Controladora						
	Taxa média anual %	2018	Adicões	Baixas	Depreciação	2019	
	undan 70	2010	(ii)	(ii)	Doprooração	20.0	
Instalações	10	90.619	6.975	(1.784)	(22.367)	73.443	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	54.908	2.641	(1.304)	(24.170)	32.075	
Equipamentos de informática	<u>2</u> 0	13.289	5.111	(99)	(5.618)	12.683	
Móveis e utensílios	10	67.423	4.399	(1.032)	(15.413)	55.377	
Outros imobilizados	10	6.571	184	(2.794)	(2.560)	1.401	
Provisão para redução ao valor recuperável		(12.936)	(1.202)	12.936	-	(1.202)	
		219.874	18.108	5.923	(70.128)	173.777	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado e intangível--Continuação

13.3. Movimentação do valor contábil líquido do imobilizado--Continuação

	Consolidado						
	Taxa média anual %	2018	Adições	Baixas	Depreciação	2019	
			(ii)	(ii)			
Instalações	10	90.818	6.981	(1.787)	(22.412)	73.600	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	55.142	2.641	(1.305)	(24.253)	32.225	
Equipamentos de informática	20	16.188	5.126	(100)	(6.640)	14.574	
Móveis e utensílios	10	67.675	4.629	(1.050)	(15.489)	55.765	
Outros imobilizados	10	6.753	184	(2.794)	(2.617)	1.526	
Provisão para redução ao valor recuperável		(12.936)	(1.202)	12.936	` -	(1.202)	
		223.640	18.359	5.900	(71.411)	176.488	

⁽i) O prazo de depreciação é realizado conforme prazo contratual, variando entre cinco a dez anos.

13.4. Composição do intangível

		Controladora						
		2020						
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido		
Software	360.095	(277.535)	82.560	329.165	(237.066)	92.099		
Fundo de comércio	63.268	(59.114)	4.154	65.718	(58.864)	6.854		
Direitos de uso de								
infraestrutura	24.270	(23.478)	792	25.499	(23.603)	1.896		
Outros intangíveis	201	(139)	62	201	(139)	62		
	447.834	(360.266)	87.568	420.583	(319.672)	100.911		
Direitos de uso de infraestrutura	24.270 201	(23.478) (139)	792 62	25.499 201	(23.603) (139)	1.896 62		

	Consolidado					
		2020				
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Software	385.966	(293.746)	92.220	351.239	(250.137)	101.102
Fundo de comércio	63.268	`(59.114)	4.154	65.718	(58.864)	6.854
Direitos de uso de						
infraestrutura	24.270	(23.478)	792	25.499	(23.603)	1.896
Outros intangíveis	14.433	(14.365)	68	14.433	(14.366)	67
_	487.937	(390.703)	97.234	456.889	(346.970)	109.919
	487.937	(390.703)	97.234	456.889	(346.970)	109.

⁽ii) O total das adições e baixas das contas patrimoniais diferem das aquisições e baixas de imobilizado da demonstração do fluxo de caixa, por conta da provisão para redução ao valor recuperável do imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado e intangível--Continuação

13.5. Movimentação do valor contábil líquido do intangível

			Cont	roladora				
	Taxa média anual %	2019	Adições	Baixas	Amortização	2020		
Software Fundo de comércio (i)	20 (ii)	92.099 6.854	31.278 -	(80) (87)	(40.737) (2.613)	82.560 4.154		
Direitos de uso de infraestrutura (i) Outros intangíveis	20 (iii)	1.896 62		(86)	(1.018)	792 62		
	()	100.911	31.278	(253)	(44.368)	87.568		
			Cons	solidado				
	Taxa média	2042	~		~			
	anual %	2019	Adições	Baixas	Amortização	2020		
Software Fundo de comércio (i) Direitos de uso de infraestrutura (i) Outros intangíveis	20 (ii) 20 (iii)	101.101 6.854 1.896 68	35.065 - - -	(80) (87) (86)	(43.866) (2.613) (1.018)	92.220 4.154 792 68		
3	. , .	109.919	35.065	(253)	(47.497)	97.234		
	Controladora Taxa							
	média							
	anual %	2018	Adições	Baixas	Amortização	2019		
Software Fundo de comércio (i)	20 (ii)	96.544 9.917	36.451 -	(826)	(40.070) (3.063)	92.099 6.854		
Direitos de uso de infraestrutura (i) Marcas e patentes	20	3.264 62	-	(37)	(1.331)	1.896 62		
Marcas e paternes	-	109.787	36.451	(863)	(44.464)	100.911		
	Consolidado							
	Taxa média							
	anual %	2018	Adições	Baixas	Amortização	2019		
Software Fundo de comércio (i)	20 (ii)	104.220 9.917	40.400	(827)	(42.692) (3.063)	101.101 6.854		
Direitos de uso de infraestrutura (i) Marcas e patentes	20	3.263 68	-	(37)	(1.330)	1.896 68		
	-	117.468	40.400	(864)	(47.085)	109.919		

⁽i) Fundo de comércio pago quando da celebração dos arrendamentos das lojas localizadas em ruas, enquanto que os direitos de uso de infraestrutura são os valores pagos referentes às lojas localizadas em shoppings.

⁽ii) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual, variando entre cinco a dez anos para ambos os períodos/exercícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado e intangível--Continuação

13.6. Movimentação da provisão ao valor recuperável

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(12.936)
Reversões	11.734
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.202)
Adições	(10.067)
Reversões	7.747
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.522)

14. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A IFRS 16/NBC TG06 (R3) substitui as orientações existentes na IAS 17 e determina, essencialmente, que os arrendatários passem a reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso de um bem arrendado ou com características de arrendamento mercantil. Sendo assim, contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo da norma contratos com características variáveis, de curto prazo ou de baixo valor. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia utilizou as seguintes premissas para cálculo:

- (i) Taxas nominais de desconto, prontamente observáveis, ajustadas ao risco de crédito da última captação obtida pelo Grupo;
- (ii) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de aplicação da norma. A contabilização de pagamentos como despesas, em contratos ou parte de contratos cuia composição de valor dependa de variável; e
- (iii) O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. Para os demais contratos serão considerados apenas o prazo residual vigente.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia aplicou o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação nº 859/20 e registrou R\$58.793 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$58.039 na rubrica de "Despesas com vendas", oriundos das renegociações dos contratos de lojas, e R\$754 na rubrica "Despesas gerais e administrativas", oriundos da renegociação dos contratos das áreas administrativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

A Companhia entende que, pelas características atuais de seus arrendamentos (contratos de aluguel atualizados pela inflação a cada aniversário), deveria adotar, para fins de registro contábil, a utilização da taxa real sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), preservando a consistência de seus fluxos de caixa para esses contratos de arrendamento. Entretanto, optou por adotar a utilização da taxa nominal sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), uma vez que está amparada pela NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos Mercantil, bem como pelo Ofício-Circular CVM SNC/SEP 01/20 - Orientações sobre a elaboração das demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2019, emitido na data de 5 de fevereiro de 2020, não exigindo, dessa forma, a aplicação requerida pela NBC TG 26 (R4) - Apresentação da Demonstrações Contábeis - itens 19 e 20.

A Companhia apresentará em nota as informações complementares para fins de comparação entre a modelagem que entende como ideal, a modelagem destacada na norma e a modelagem entendida como *benchmarking* pelos seus órgãos reguladores.

14.1. Taxa de desconto

Para chegar nas taxas de desconto aplicáveis, a Companhia se baseou em taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando os prazos de cada contrato, ajustadas ao risco de crédito obtido pelas captações a mercado realizadas pelas empresas do Grupo.

A tabela abaixo evidencia a taxa média ao ano de acordo com os prazos de vencimento dos contratos:

Contratos por prazo	e taxa de desconto
Prazos contratos	Taxa média a.a. (%)

Até 3 anos 9,15%
De 3 a 7 anos 11,68%
De 7 a 15 anos 11,24%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

14.2. Movimentação do ativo de direito de uso

	Controladora	Consolidado
Adocão inicial - IFRS 16/NBC TG (R3)	657.065	657.100
Saldos em 1º de janeiro de 2019	657.065	657.100
Depreciação acumulada	(209.212)	(209.494)
Remensuração (i)	99.989	100.510
Saldos em 31 de dezembro de 2019	547.842	548.116
Depreciação acumulada	(190.804)	(190.911)
Remensuração (ii)	180.799	180.937
Saldos em 31 de dezembro de 2020	537.837	538.142

⁽i) Remensuração realizada para atendimento à orientação CVM, por meio do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, na qual a Controlada ajustou o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS, além da taxa de desconto utilizada, onde passou a aplicar a taxa nominal.

14.3. Movimentação do passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial - IFRS 16/NBC TG (R3)	657.065	657.100
Saldos em 1º de janeiro de 2019	657.065	657.100
Juros incorridos	41.838	41.854
Pagamentos	(229.530)	(229.852)
Remensuração	99.989	100.510
Saldos em 31 de dezembro de 2019	569.362	569.612
Juros incorridos	76.427	76.454
Pagamentos	(181.850)	(181.978)
Remensuração	180.799	180.937
Descontos obtidos e baixas (i)	(60.562)	(60.562)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	584.176	584.463
Circulante	164.811	164.908
Não circulante	419.365	419.555
	584.176	584.463

⁽i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia aplicou o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação nº 859/20. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou a renegociação de determinados contratos, os quais tiveram modificações estruturais no arrendamento, além do encerramento de alguns contratos.

⁽ii) Remensuração realizada em função de renovações e modificações estruturais de determinados contratos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

14.4. Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Vencimento	Controladora	Consolidado
Em até 12 meses	164.811	164.908
De 13 a 24 meses	120.981	121.060
De 25 a 36 meses	76.978	77.056
De 37 a 48 meses	57.205	57.238
Acima de 48 meses	164.201	164.201
	584.176	584.463

14.5. Crédito de PIS e COFINS

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel que aderiram ao NBC TG 06 (R3) na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos, abaixo, os valores potenciais desses impostos em 31 de dezembro de 2020:

	Valor n	ominal	Ajustado a valor presente		
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
Contraprestação do arrendamento	796.049	796.424	584.176	584.463	
PIS e COFINS potencial (9,25%)	73.635	73.669	54.036	54.063	

14.6. Demais informações

A Companhia não possui outros contratos de arrendamentos que não foram enquadrados na NBC TG 06 (R3). Adicionalmente, dado o cenário atual, de lojas fechadas, a Companhia optou por não divulgar os valores futuros, por não haver razoável segurança sobre a determinação dos valores.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a despesa relativa aos contratos de arrendamento variável foi de R\$3.559 (R\$5.240 em 31 de dezembro de 2019).

Com o objetivo de estar em conformidade com a norma, a Companhia optou pela adoção da metodologia de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados considerando uma taxa nominal na aplicação dessa técnica. Entendemos que essa metodologia gera distorções relevantes na informação prestada, considerando a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Além do mais, devido às características dos seus contratos de arrendamento, a Controlada considera como metodologia ideal a utilização de uma taxa real de desconto na aplicação do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos descontados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

14.6. Demais informações--Continuação

Dessa forma, para resguardar a representação fidedigna da informação e em atendimento às áreas técnicas da CVM, apresentamos abaixo os saldos comparativos do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado e do exercício anterior:

	Taxa			
	média a.a.	Adoção	2019	2020
Direito de uso				
FCD Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)	9,94%	651.095	547.842	537.837
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)	10,11%	762.959	571.016	546.675
Passivo de arrendamento				
FCD Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)		651.095	569.364	584.176
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		762.959	592.663	593.776
Despesa financeira				
FCD Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)			41.838	76.427
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)			55.484	77.683
Despesa de depreciação				
FCD Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)			209.212	190.804
FCD Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)			191.943	193.939

15. Fornecedores

15.1. Política contábil

Os saldos das contas a pagar de fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, trazidas a valor presente pelo custo médio de captação da Companhia, considerando-se o prazo efetivo de cada operação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi utilizada para cálculo do ajuste a valor presente de fornecedores, a taxa Selic de 0,16% a.m. (0,56% a.m. em 31 de dezembro de 2019). O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de "Fornecedores" (retificadora) e tem como contrapartida a conta de "Custo de mercadorias vendidas".

Em sua relação com seus fornecedores, a Companhia adota como prática a antecipação de recebíveis. Tais operações cujo objetivo é atender necessidades de liquidez da cadeia de fornecedores são feitas ora com recursos do próprio caixa da Companhia, ora via linhas de crédito com bancos parceiros. Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados ao contrato de fornecimento de mercadorias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores

15.2. Composição

	Controladora		Cons	olidado
	2020	2019	2020	2019
Mercadoria para revenda nacional e suprimentos	401.129	432.967	401.910	433.002
Mercadoria para revenda importação	40.588	83.239	40.588	83.239
Serviços	33.332	22.441	33.887	22.633
Outros	14	87	31	104
Ajuste a valor presente	(2.486)	(3.680)	(2.486)	(3.680)
	472.577	535.054	473.930	535.298
F I	005 400	100.077	000 540	407.004
Fornecedores	365.190	426.977	366.543	427.221
Fornecedores convênio	107.387	108.077	107.387	108.077
	472.577	535.054	473.930	535.298

O Saldo registrado em "Fornecedores convênio" refere-se às antecipações de valores efetuadas pelos fornecedores por meio de cessão de crédito, em função do convênio firmado pela Companhia junto aos bancos Santander e Bradesco. Nesta operação, os fornecedores podem antecipar seus títulos diretamente com os bancos somente após a entrega das mercadorias para a Companhia e com uma taxa média de desconto 1,45% e prazo de até 90 dias, porém sem necessidade de possuir nenhuma linha de crédito contratada com a entidade. Para a Companhia, as condições comerciais originais são mantidas, mantendo-se o mesmo prazo de vencimento, taxas e valores envolvidos, apenas há a transferência do direito de recebimento dos títulos pelo fornecedor para a instituição financeira.

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

16.1. Política contábil

Os saldos dos empréstimos são inicialmente reconhecidos pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos.

As debêntures emitidas pela Companhia são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. Tais títulos possuem diferentes níveis de garantia de acordo com as emissões, assim como programa de amortização variável. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional e à vista no ato da subscrição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

16.1. Política contábil--Continuação

Os contratos de arrendamento são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo.

16.2. Composição

Controladora				
2020	2019	Taxa efetiva		
40.068	231.018	(i)		
149.205	35.777	100% do CDI +1,75 a.a. (v)		
57.660	-	100% do CDI + 3,80 a.a. (ii)		
-	31.822	USD + 3,35% a.a. (iii)		
46.774	-	100% do CDI + 4,03% a.a. (vi)		
34.531	-	100% do CDI + 3,00% a 7,31% a.a. (ix)		
1.224	2.008	2,60% a 8,70% a.a.		
7.856	6.358	TJLP + 4,00% a.a.		
337.318	306.983			
_	100.026	(i)		
_		100% do CDI +1,75 a.a. (v)		
19.444	-	100% do CDI + 4,03% a.a. (vi)		
65.476	-	100% do CDI + 3,00% a 7,31% a.a. (ix)		
1.239	2.460	2,60% a 8,70% a.a.		
13.471	17.220	TJLP + 4,00% a.a.		
99.630	262.815			
436.948	569.798	_		
	40.068 149.205 57.660 - 46.774 34.531 1.224 7.856 337.318	2020 2019 40.068 231.018 149.205 35.777 57.660 - - 31.822 46.774 - 34.531 - 1.224 2.008 7.856 6.358 337.318 306.983 - 100.026 - 143.109 19.444 - 65.476 - 1.239 2.460 13.471 17.220 99.630 262.815		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

16.2. Composição--Continuação

	Consolidado				
	2020	2019	Taxa efetiva		
Passivo circulante:					
Debêntures	40.068	231.018	(i)		
Notas promissórias - Safra	149.205	35.777	100% do CDI +1,75 a.a. (v)		
Resolução nº 4131 - Santander	57.660	-	100% do CDI + 3,80 a.a. (ii)		
"Fixed rate notes" - FRN Votorantim	-	31.822	USD + 3,35% a.a. (iii)		
"Fixed rate notes" - FRN Santander	-	27.507	122,76% do CDI		
Letra financeira - Banco ABC	-	28.752	115% a 124% do CDI		
Letra de câmbio - XP Investimentos	204.172	54.506	(iv)		
Cédula de crédito bancário - Caixa Econômica Federal	46.774	-	100% do CDI + 4,03% a.a. (vi)		
Cédula de crédito bancário - diversos	34.531	-	100% do CDI + 3,00% a 7,31% a.a. (ix)		
Finame	1.231	2.016	2,60% a 8,70% a.a.		
Finep	7.856	6.358	TJLP + 4,00% a.a.		
Arrendamento mercantil	-	367	100% do CDI + 1,60% a 1,84% a.a.		
Total passivo circulante	541.497	418.123			
Passivo não circulante:					
Debêntures	-	100.026	(i)		
Notas promissórias - Safra	-	143.109	100% do CDI +1,75 a.a. (v)		
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	82.991	-	100% do CDI +1,70 a.a (vii)		
Certificado de Depósito Bancário - CDB	43.571		100% a 138% do CDI (viii)		
Letra de câmbio - XP Investimentos	95.071	268.945	(iv)		
Cédula de crédito bancário - Caixa Econômica Federal	19.444	-	100% do CDI + 4,03% a.a. (vi)		
Cédula de crédito bancário - diversos	65.476	-	100% do CDI + 3,00% a 7,31% a.a. (ix)		
Finame	1.248	2.468	2,60% a 8,70% a.a.		
Finep	13.471	17.220	TJLP + 4,00% a.a.		
Total passivo não circulante	321.272	531.768			
Total passivo	862.769	949.891	_		

- (i) Referem-se às debêntures, conforme segue: 4ª emissão série única (100% CDI + 1,95% a.a.); 5ª emissão série única (100% do CDI + 4,50% a.a.) e 6ª emissão série única (100% do CDI + 1,80% a.a.). Vide nota explicativa nº 16.3.
- (ii) Refere-se à captação de R\$55.000 junto ao Banco Santander, com vencimento em 15 de março de 2021 e juros de 100% do CDI + 3,80% a.a.
- (iii) Modalidade de empréstimo similar à nota promissória, com emissão de título no mercado externo. Na mesma data de captação de recursos em moeda estrangeira (USD), a controladora contratou operação de *Swap* com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxa préfixada de 3,35% a.a + IR por 100% do CDI + 1,90% a.a., sendo liquidada integralmente em 12 de junho de 2020.
- (iv) Refere-se a captações de recursos financeiros através da emissão de Letras de Câmbio pela controlada SAX negociadas com a Instituição Financeira XP Investimentos com prazos de dois e três anos. Juros Pós Fixado de 113,00% a 120,00% do CDI e Juros Pré Fixado de 4,70% a.a., para vencimento em dois anos, e juros Pós Fixado de 115,00% a 128,00% do CDI e Juros Pré fixado de 8,20% a.a., para vencimento em três anos.
- (v) Refere-se a captações de recursos financeiros através da emissão de Notas Promissórias Comerciais em 10 Séries (quatro notas cada série), com vencimentos de janeiro de 2020 a julho de 2022 e taxa de 100% do CDI + 1,75% a.a.
- (vi) Em 21 de maio de 2020, a Companhia efetuou a captação de R\$70.000 através da emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) com a Caixa Econômica Federal, com vencimento em 19 de maio de 2022 e juros de 100% CDI + 4,03% a.a.
- (vii) Entre 30 de julho e 29 de setembro de 2020, a controlada SAX efetuou a captação de R\$77.000 mediante emissão de DPGE Depósito a Prazo com Garantia Especial, com prazo de 2 anos e juros de 100% CDI + 1,70% a.a.
- (viii) Entre 11 e 19 de novembro de 2020, a controlada SAX efetuou a captação de R\$39.123 mediante emissão de CDB Certificado de Depósito Bancário, com prazo de 2 anos e juros de 130% a 138% CDI.
- (ix) No decorrer do 4º trimestre de 2020, a Companhia efetuou captações de R\$100.000 mediante a emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) em diversos bancos, com taxa de emissão de R\$418, vencimentos entre junho de 2021e novembro de 2025 e taxas de 100% do CDI + 3,00% a 7,31% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

16.3. Debêntures

	Principal Data de Vencimento Títulos em Encargos			oladora e olidado				
Debêntures não conversíveis	R\$	emissão	final		circulação	financeiros	2020	2019
4ª emissão 5ª emissão - 2ª série 6ª emissão - série única	300.000 50.000 55.000	21/06/2018 24/01/2019 28/02/2019	21/06/2021 26/04/2021 22/02/2021	(i) (ii) (iii)	300.000 50.000 55.000	CDI+1,95%a.a. CDI+4,50%a.a. CDI+1.80%a.a.	- 20.000 19.250	245.455 30.000 55.000
Total do principal Custos de transação a apropriar Juros a pagar Total debêntures				()			39.250 (128) 946 40.068	330.455 (3.698) 4.287 331.044

⁽i) 4ª emissão de Debêntures não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, com prazo de três anos contados da data de emissão com remuneração de 100% do CDI + 1,95% a.a. Em 11 de março de 2020, a Companhia efetuou a liquidação antecipada desta emissão.

16.4. Movimentações dos empréstimos e financiamentos

Controladora						
				Juros		
2019	Captações	Pagamentos	Encargos	pagos	2020	
331.044		(291.205)	8.826	(8.597)	40.068	
178.886	-	(35.000)	7.136	(1.817)	149.205	
-	55.000	•	2.660	` -	57.660	
31.822	-	(37.786)	7.233	(1.269)	-	
-	17.939	(17.939)	738	(738)	-	
-	70.000	(3.889)	2.609	(2.502)	66.218	
-	99.582	-	749	(324)	100.007	
4.468	-	(2.000)	133	(138)	2.463	
23.578	3.948	(6.262)	1.863	(1.800)	21.327	
-	104.747	(104.747)	-	-		
569.798	351.216	(498.828)	31.947	(17.185)	436.948	
	331.044 178.886 - 31.822 - 4.468 23.578	331.044 - 178.886 - 55.000 31.822 - 17.939 - 70.000 - 99.582 4.468 - 23.578 3.948 - 104.747	2019 Captações Pagamentos 331.044 - (291.205) 178.886 - (35.000) - 55.000 - 31.822 - (37.786) - 17.939 (17.939) - 70.000 (3.889) - 99.582 - 4.468 - (2.000) 23.578 3.948 (6.262) - 104.747 (104.747)	2019 Captações Pagamentos Encargos 331.044 - (291.205) 8.826 178.886 - (35.000) 7.136 - 55.000 - 2.660 31.822 - (37.786) 7.233 - 17.939 (17.939) 738 - 70.000 (3.889) 2.609 - 99.582 - 749 4.468 - (2.000) 133 23.578 3.948 (6.262) 1.863 - 104.747 (104.747) -	2019 Captações Pagamentos Encargos Juros pagos 331.044 - (291.205) 8.826 (8.597) 178.886 - (35.000) 7.136 (1.817) - 55.000 - 2.660 - 31.822 - (37.786) 7.233 (1.269) - 17.939 (17.939) 738 (738) - 70.000 (3.889) 2.609 (2.502) - 99.582 - 749 (324) 4.468 - (2.000) 133 (138) 23.578 3.948 (6.262) 1.863 (1.800) - 104.747 (104.747) - -	

⁽ii) 5ª emissão de Debêntures não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, com prazo de um ano e seis meses contados da data de emissão, com remuneração de 100% do CDI + 1,90% a.a. Adicionalmente, as debêntures serão amortizadas trimestralmente a partir de 24 de julho de 2019. Em função do cenário econômico, em 17 de abril de 2020, a Companhia renegociou essa operação, cujos encargos passaram a ser de 100% do CDI + 4,50% a.a., com amortização de juros semestral, e o principal com vencimento em 26 de abril de 2021.

⁽iii) 6ª emissão de Debêntures não conversíveis em ações, em série única, com prazo de dois anos contados da data de emissão, com remuneração de 100% do CDI + 1,80% a.a. Adicionalmente, as debêntures serão 65% amortizadas em 20 de fevereiro de 2020 e 35% amortizadas no vencimento em 22 de fevereiro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

16.4. Movimentações dos empréstimos e financiamentos—Continuação

	Consolidado							
	2019	Captações	Pagamentos	Encargos	Juros pagos	2020		
Debêntures	331.044	-	(291.205)	8.826	(8.597)	40.068		
Notas promissórias – Safra	178.886	-	(35.000)	7.136	(1.817)	149.205		
Resolução nº 4131	-	55.000	-	2.660	-	57.660		
"Fixed Rate Notes" - Votorantim	31.822	-	(37.786)	7.233	(1.269)	-		
"Fixed Rate Notes" - Santander	27.554	-	(26.683)	12	(883)	-		
Depósito a Prazo com Garantia Especial -								
DPGE (i)	-	81.900	-	1.091	-	82.991		
Certificado de Depósito Bancário - CDB (i)	-	43.182	-	389	-	43.571		
Letra financeira - Banco ABC (i)	28.752	-	(25.051)	198	(3.899)	-		
Letra de câmbio - XP Investimentos (i)	323.450	20.459	(49.788)	11.287	(6.165)	299.243		
Cédula de crédito bancário - Votorantim	-	17.939	(17.939)	738	(738)	-		
Cédula de crédito bancário - Caixa Econômica								
Federal	-	70.000	(3.889)	2.609	(2.502)	66.218		
Cédula de crédito bancário - diversos	-	99.582	•	749	(324)	100.007		
Finame	4.492	-	(2.009)	134	(138)	2.479		
FINEP	23.578	3.948	(6.262)	1.863	(1.800)	21.327		
Arrendamento mercantil	313	-	(365)	64	(12)	-		
Fornecedores – convênio	-	104.747	(104.747)	-	` -	-		
	949.891	496.757	(600.724)	44.989	(28.144)	862.769		

⁽i) Essas captações fazem parte das atividades operacionais da controlada SAX.

16.5. Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos

	Contro	ladora	Consolidado		
Ano	2020	2019	2020	2019	
Até 12 meses	337.318	306.983	541.497	418.123	
De 13 a 24 meses	52.363	192.298	223.540	389.796	
De 25 a 36 meses	26.543	70.517	77.006	141.972	
Acima de 36 meses	20.724	-	20.726	-	
	436.948	569.798	862.769	949.891	

16.6. Cláusulas contratuais restritivas "covenants"

Em relação às cláusulas de "covenants" financeiros, os contratos vigentes exigem da Companhia a manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA ("Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization", que traduzido para o português significa: "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização") em patamar inferior a 3,5 vezes. Considera-se como dívida líquida a somatória das rubricas de "Empréstimos, financiamentos e debêntures" do passivo circulante e não circulante, acrescida da rubrica de "Operações com derivativos do passivo circulante e não circulante", excluídas as rubricas: "Caixa", "Bancos", "Aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não circulante". Para tal cálculo considera-se o EBITDA ajustado dos últimos 12 (doze) meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

16.6. Cláusulas contratuais restritivas "covenants"--Continuação

A Companhia também monitora em bases mensais a aderência aos *covenants* não financeiros definidos para cada contrato. Tais *covenants* incluem nível máximo de protestos de títulos relativos a operações financeiras, cumprimento do cronograma de pagamento das debêntures, dentre outros. A Companhia estava adimplente para 31 de dezembro de 2020.

Em virtude dos impactos causados pela pandemia do Covid-19, a Companhia renegociou instrumentos de escritura das debêntures que possuíam tais cláusulas restritivas e, com isso, a manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA não precisa ser avaliada para 31 de dezembro de 2020. A renegociação referente às notas promissórias com o Banco Safra foi efetuada em 3 de fevereiro de 2021 e, portanto, na data base 31 de dezembro de 2020, a Companhia classificou o saldo total a pagar para a rubrica de passivo circulante, conforme determina a NBC TG 26 (R3) / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

17. Salários, provisões e contribuições sociais

17.1. Política contábil

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

17.2. Composição

	Controladora		Cons	olidado
	2020	2019	2020	2019
Férias Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	35.567 7.422	37.571 10.000	37.082 7.713	39.343 10.337
Salários a pagar Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	15.365 2.093	14.264 2.998	15.746 2.301	14.650 3.280
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	2.607	2.909	2.720	3.033
Provisão para remuneração variável e outros	3.383	15.702	3.441	16.392
Remuneração <i>Phantom Shares</i> (Nota 25)	-	18.704	-	18.704
Outros	162	136	162	136
	66.599	102.284	69.165	105.875

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Tributos a recolher

18.1. Política contábil

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto quando: (i) os impostos sobre vendas e serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas e serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

18.2. Composição

	Controladora		Cons	olidado
<u>-</u>	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	45.092	52.382	45.092	52.382
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Programa de Integração Social (PIS) Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	10.430 2.262 422	- - -	11.292 2.402 422	1.986 356 -
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) Outros	1.769 1.916	332 1.909	1.769 2.237	332 2.659
_	61.891	54.623	63.214	57.715

19. Receita diferida e outras obrigações

19.1. Política contábil

As receitas recebidas antecipadamente de clientes que são classificadas no passivo circulante e não circulante, relativas a operações de serviços vinculados a parcerias estabelecidas com seus parceiros Itaú e Assurant, são detalhadas a seguir:

19.1.1. Operação Itaú Unibanco & Marisa - cartão "co-branded"

Simultaneamente à criação do cartão de crédito Itaú/Marisa ("co-branded") ocorrida em 2008, a Companhia, por meio da sua Controlada Club, recebeu do Itaú Unibanco a quantia de R\$120.000 pela exclusividade e uso da base de dados de clientes da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita diferida e outras obrigações--Continuação

19.1. Política contábil--Continuação

19.1.1. Operação Itaú Unibanco & Marisa - cartão "co-branded"--Continuação

A Companhia e o Itaú Unibanco, na proporção de 50% para cada um, dividem os resultados decorrentes da oferta, distribuição e comercialização dos cartões de crédito, sendo o pagamento do resultado efetuado trimestralmente.

Em 29 de setembro de 2015, a Companhia e o Itaú Unibanco celebraram a renovação desta parceria para o desenvolvimento dos cartões embandeirados Itaucard Marisa - MasterCard. A parceria inicial, válida por 10 anos e que entrou em vigor em abril de 2009, foi estendida até 31 de março de 2029. Em virtude desta renovação e ampliação de prazo da parceria, a receita diferida será apropriada ao resultado pela fruição de prazo do respectivo aditamento.

Nesta operação, a Companhia por meio de sua controlada Club apresentou garantias compostas por recebíveis de clientes Cartão Marisa - via co-branded em 31 de dezembro de 2020, conforme acordo de prorrogação do prazo de dispensa temporária de parte do valor garantido assinado em 11 de agosto de 2020, com validade até 31 de março de 2021. Em 31 de dezembro de 2019 as garantias eram compostas por R\$6.002 de aplicações financeiras, recebíveis de clientes Cartão Marisa - via co-branded e ações próprias dos acionistas majoritários. Em função da pandemia do Covid-19, a Companhia, com base em sua melhor estimativa, reavaliou as metas estabelecidas contratualmente e, por entender que não conseguirá atender aos requisitos previsto contratualmente, registrou uma provisão a pagar de R\$1.335 em 31 de dezembro de 2020, na rubrica "outros passivos não circulantes".

19.1.2. Parceria Assurant - comercialização de seguros e assistência

Em 29 de março de 2017, a Companhia e suas controladas Club e Sax renovaram sua parceria com a Assurant Seguradora S.A. e Assurant Serviços Ltda., cujo escopo é a comercialização de produtos de seguros e assistência. Os novos contratos têm o prazo de vigência de até cinco anos. Em virtude desta renovação, a controlada Club recebeu a quantia de R\$75.000 a título de antecipação, a serem diferidos e apropriados ao resultado pelo prazo do contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita diferida e outras obrigações--Continuação

19.2. Composição receita diferida

	Consolidado		
	2020	2019	
Itaú Unibanco/Marisa	22.121	24.866	
Assurant	18.750	30.573	
	40.871	55.439	
Passivo circulante	16.714	15.746	
Passivo não circulante	24.157	39.693	
	40.871	55.439	

19.3. Composição outras obrigações

Controladora		Consc	olidado
2020	2019	2020	2019
5.044	12.451	5.044	12.451
35.017	45.389	35.423	46.308
15.537	8.239	30.155	23.280
-	1.351	25.197	12.284
-	-	6.014	26.882
28.284	26.062	28.434	26.307
83.882	93.492	130.267	147.512
63.186	64.230	108.236	118.250
20.696	29.262	22.031	29.262
83.882	93.492	130.267	147.512
	2020 5.044 35.017 15.537 - 28.284 83.882 63.186 20.696	2020 2019 5.044 12.451 35.017 45.389 15.537 8.239 - 1.351 - - 28.284 26.062 83.882 93.492 63.186 64.230 20.696 29.262	2020 2019 2020 5.044 12.451 5.044 35.017 45.389 35.423 15.537 8.239 30.155 - 1.351 25.197 - - 6.014 28.284 26.062 28.434 83.882 93.492 130.267 63.186 64.230 108.236 20.696 29.262 22.031

⁽i) Refere-se a recebimentos de fatura por clientes Marisa Itaucard (cartões *co-branded*). Uma vez que quando estes clientes são migrados, é efetuado o repasse diário do recebimento de fatura.

⁽ii) Refere-se a honorários a serem pagos aos advogados decorrentes, substancialmente, das ações relacionadas aos temas de créditos com PIS e COFINS.

⁽iii) Refere-se substancialmente a consultorias especializadas em realizar ações de marketing.

⁽iv) Refere-se a repasse de comissões de seguros vendidos pela Companhia em parceria com a seguradora Assurant.

⁽v) Refere-se a repasse de comissões de celulares vendidos em parceria com empresa terceira.

⁽vi) Tratam-se de valores pulverizados que se referem, substancialmente, a provisões de despesas em lojas, tais como fretes, energia, água, telefone, transportadora de valores, entre outras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para litígios e demandas judiciais

20.1. Política contábil

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em decorrência do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos.

As provisões decorrentes dessas ações judiciais e processos administrativos são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, não materialização, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão para riscos trabalhistas é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por cargo do reclamante.

A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que a provisão para litígios e demandas judiciais é suficiente para cobrir as perdas prováveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para litígios e demandas judiciais--Continuação

20.2. Composição

	Controladora						
	2019	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	2020	
Tributárias:							
FGTS (i)	25.324	2.128	-	-	455	27.907	
IPI (ii)	22.613	-	-	-	8.841	31.454	
FAP/RAT	10.213	89	-	-	281	10.583	
Liminar - exclusão do PIS e COFINS sobre a própria							
base (iii)	32.678	3.529	(36.207)	-	-	-	
Outros riscos tributários	10.381	82	-	-	1.400	11.863	
	101.209	5.828	(36.207)	-	10.977	81.807	
Trabalhistas	27.332	7.137	(3.572)	(5.080)	249	26.066	
Cíveis	648	895	` (257)	` (131)	1.325	2.480	
	129.189	13.860	(40.036)	(5.211)	12.551	110.353	
				, ,			
Depósitos judiciais	97.396	14.992	-	(10.189)	6.197	108.396	
	Consolidado						
			Cons	solidado			
	2019	Adições			Atualizações	2020	
Tributárias:	2019	Adições	Pagamentos	solidado Reversões	Atualizações	2020	
Tributárias: FGTS (i)	2019 25.324	Adições 2.128			Atualizações 455	2020 27.907	
		-			-		
FGTS (i)	25.324	-			455	27.907	
FGTS (i) IPI (ii) FAP/RAT Liminar - exclusão do PIS e	25.324 22.613	2.128			455 8.841	27.907 31.454	
FGTS (i) IPI (ii) FAP/RAT Liminar - exclusão do PIS e COFINS sobre a própria	25.324 22.613 10.378	2.128 - 89	Pagamentos - - -		455 8.841	27.907 31.454	
FGTS (i) IPI (ii) FAP/RAT Liminar - exclusão do PIS e COFINS sobre a própria base (iii)	25.324 22.613 10.378	2.128 89 3.529			455 8.841 281	27.907 31.454 10.748	
FGTS (i) IPI (ii) FAP/RAT Liminar - exclusão do PIS e COFINS sobre a própria	25.324 22.613 10.378 32.678 10.381	2.128 - 89 3.529 82	Pagamentos (36.207)		455 8.841 281 - 1.400	27.907 31.454 10.748	
FGTS (i) IPI (ii) FAP/RAT Liminar - exclusão do PIS e COFINS sobre a própria base (iii) Outros riscos tributários	25.324 22.613 10.378 32.678 10.381 101.374	2.128 - 89 3.529 82 5.828	Pagamentos (36.207) - (36.207)	Reversões	455 8.841 281 - 1.400 10.977	27.907 31.454 10.748	
FGTS (i) IPI (ii) FAP/RAT Liminar - exclusão do PIS e COFINS sobre a própria base (iii) Outros riscos tributários Trabalhistas	25.324 22.613 10.378 32.678 10.381 101.374 32.553	2.128 - 89 3.529 82 5.828 9.322	Pagamentos (36.207) - (36.207) (3.863)	Reversões (5.368)	455 8.841 281 - 1.400 10.977 336	27.907 31.454 10.748 11.863 81.972 32.980	
FGTS (i) IPI (ii) FAP/RAT Liminar - exclusão do PIS e COFINS sobre a própria base (iii) Outros riscos tributários	25.324 22.613 10.378 32.678 10.381 101.374 32.553 11.088	2.128 - 89 3.529 82 5.828 9.322 2.042	Pagamentos (36.207) - (36.207) (3.863) (4.053)	Reversões (5.368) (2.126)	455 8.841 281 - 1.400 10.977 336 3.581	27.907 31.454 10.748 11.863 81.972 32.980 10.532	
FGTS (i) IPI (ii) FAP/RAT Liminar - exclusão do PIS e COFINS sobre a própria base (iii) Outros riscos tributários Trabalhistas	25.324 22.613 10.378 32.678 10.381 101.374 32.553	2.128 - 89 3.529 82 5.828 9.322	Pagamentos (36.207) - (36.207) (3.863)	Reversões (5.368)	455 8.841 281 - 1.400 10.977 336	27.907 31.454 10.748 11.863 81.972 32.980	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para litígios e demandas judiciais--Continuação

20.2. Composição -- Continuação

	Controladora					
	2018	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	2019
Tributárias:		-				
FGTS (i)	22.539	1.909	-	-	876	25.324
IPI (ii)	22.613	-	-	-	-	22.613
FAP/RAT	9.524	269	-	-	420	10.213
Liminar - exclusão do PIS e						
COFINS sobre a própria						
base (iii)	11.345	26.530	(5.197)	-	-	32.678
Outros riscos tributários	8.674	2.473	-	(795)	29	10.381
	74.695	31.181	(5.197)	(795)	1.325	101.209
Trabalhistas	24.242	10.030	(4.220)	(4.926)	2.206	27.332
Cíveis	475	649	(218)	(401)	143	648
	99.412	41.860	(9.635)	(6.122)	3.674	129.189
Depósitos judiciais	88.974	10.458	(3.509)	813	660	97.396
			Cons	solidado		
	2018	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	2019
Tributárias:						
FGTS (i)	22.539	1.909	-	-	876	25.324
IPI (ii)	22.613	-	-	-	-	22.613
FAP/RAT	9.689	269	-	-	420	10.378
Liminar - exclusão do PIS e COFINS sobre a própria						
base (iii)	11.345	26.530	(5.197)	-	-	32.678
Outros riscos tributários	8.674	2.473	-	(795)	29	10.381
	74.860	31.181	(5.197)	(795)	1.325	101.374
Trabalhistas	27.813	12.537	(4.463)	(6.234)	2.900	32.553

(i) A Companhia impetrou ação judicial contra a União Federal requerendo a inconstitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 110/01, a qual não respeitou o princípio da anterioridade para alteração da alíquota do FGTS. Tendo em vista a revogação parcial da tutela, em 19 de maio de 2004, a Companhia optou por continuar fazendo os depósitos judiciais das contribuições sociais e não o recolhimento das aludidas cobranças.

(3.625)

(4.627)

(13.285)

(10.162)

(17.191)

1.965

6.190

1.624

11.088

145.015

133.404

12.382

56.100

12.617

10.528

113.201

123.790

- (ii) A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) com fundamento na Lei nº 4.502/54 e no CTN, e obteve decisão favorável através da concessão de tutela de antecipação confirmada em sentença de primeira instância, para suspender a exigibilidade do IPI incidente na saída dos produtos importados do Centro de Distribuição da Companhia para comercialização/revenda.
- (iii) Mandado de segurança em que se objetiva provimento jurisdicional que exclua o PIS e a COFINS das suas próprias bases de cálculo. Em março de 2020, a liminar foi suspensa em função da reforma da decisão que declara que a Companhia não tem o direito de excluir o PIS e COFINS da sua própria base. Consequentemente, a Companhia efetuou a compensação de tais valores durante o segundo trimestre de 2020.

Cíveis

Depósitos judiciais

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto guando indicado de outra forma)

20. Provisão para litígios e demandas judiciais--Continuação

20.3. Depósitos judiciais

	Controladora		Consc	olidado
	2020	2019	2020	2019
Trabalhista	10.454	11.053	11.771	13.085
Cível	906	3.029	2.706	6.357
Tributário (i)	56.224	45.234	86.165	75.175
FGTS Contr. Social (ii)	25.876	25.204	25.876	25.204
Demanda de energia elétrica (iii)	10.388	10.267	10.388	10.267
FAP/RAT	922	901	1.087	1.066
Outros depósitos	3.626	1.708	4.042	2.250
	108.396	97.396	142.035	133.404

 ⁽i) Corresponde a depósito judicial sobre restituições de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) entre outros depósitos judiciais de natureza tributária.

20.4. Processos avaliados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam processos tributários em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é classificada como perda possível. Os valores atualizados montam R\$590.337 na controladora e R\$935.591 no consolidado (R\$512.166 na controladora e R\$837.712 no consolidado, em 31 de dezembro de 2019), os quais não foram provisionados, conforme determinam as práticas contábeis. Os principais temas estão descritos a seguir:

Contribuições previdenciárias

A Companhia possui autuação em virtude de possível divergência no pagamento das contribuições previdenciárias devidas a terceiros, incidentes sobre o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A discussão está na fase administrativa e o valor envolvido com a aplicação de juros e multa de mora é de R\$29.604 (R\$20.860 em 31 de dezembro de 2019). Dentro deste cenário, a Companhia já possui decisão favorável para afastar a cobrança desses valores.

⁽ii) Refere-se à contribuição social depositada em juízo no ato da rescisão do contrato de trabalho.

⁽iii) Refere-se a depósito judicial de processo referente à tributação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), sobre Tarifa de Uso de Sistema de Distribuição (TUSD) e demanda contratada de potência de energia não consumida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para litígios e demandas judiciais--Continuação

20.4. Processos avaliados como perda possível--Continuação

ICMS - Importação

A Companhia possui discussões judiciais relativa ao crédito de ICMS em operação de importação, supostamente devido ao Estado de São Paulo. A Companhia visa a anulação dos débitos fiscais através de Ação Anulatória, na qual apresentou seguro-garantia. O montante envolvido, considerando juros e multa de mora, equivale a R\$41.213 (R\$40.356 em 31 de dezembro de 2019).

ICMS - Diversos

A Companhia possui diversas discussões, envolvendo seus estabelecimentos em todo Brasil relacionados à antecipação tributária, supostas divergências de estoques, crédito indevido, guerra fiscal e descumprimento de obrigações acessórias, sendo que há processos nas fases administrativa e judicial. O montante envolvido, com a aplicação de juros e multa de mora, é de R\$396.087 (R\$406.871 em 31 de dezembro de 2019).

PIS e COFINS

A Companhia teve um pedido de compensação de crédito negado junto à Receita Federal do Brasil, referente a PIS e COFINS, cujo valor atualizado monta a R\$75.360 (R\$58.306 em 31 de dezembro de 2019). A discussão aguarda julgamento na esfera administrativa.

IRPJ e CSLL

A controlada Club Administradora de Cartões de Créditos Ltda. possui algumas autuações e discussões relativas à apuração dos anos-calendários de 2007 a 2012, cujo valor exigido com a aplicação de juros e multa de mora é de R\$336.200 (R\$317.319 em 31 de dezembro de 2019). A discussão aguarda julgamento na esfera administrativa.

A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e processos cíveis e efetuaram depósitos para recursos de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais e depósitos em caução relacionados com os recursos sobre processos judiciais, no montante de R\$137.993, sendo R\$104.770 da Controladora (R\$131.591 em 31 de dezembro de 2019, sendo R\$95.792 da Controladora).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para litígios e demandas judiciais--Continuação

20.5. Ofício-Circular CVM SNC/SEP 01/21 - Ampliação do conceito de insumo

Em conformidade com a literalidade do inciso II do artigo 3º das Leis 10.637/02 e 10.833/03, as despesas passíveis de serem caracterizadas como insumos são aquelas relativas aos bens e serviços utilizados na produção de bens e/ou na prestação de serviços pela pessoa jurídica.

O Superior Tribunal de Justiça "STJ" ao julgar o Recurso Especial 1.221.170/PR, decidiu que o conceito de insumo deve ser aferido à luz dos critérios de essencialidade ou relevância, considerando a importância de determinado bem para o desenvolvimento da atividade econômica desempenha pelo contribuinte.

A Companhia, amparada pelos assessores jurídicos, avaliou que os dispêndios essenciais seriam aqueles sem os quais inviabilizam a consecução do seu objeto social, seja insumos relativos às operações comerciais pela Controladora ou insumos relativos à administração e operações do cartão Marisa pela a Controlada Club, tais como comissão e impressão de cartão de crédito, condomínio, assistência médica, emissão de boletos, entre outros, no total de R\$15.041 (R\$13.331 em 2019) na Controladora e R\$18.933 (R\$16.356 em 2019) no Consolidado.

21. Garantias, seguros e fianças bancárias

21.1. Seguro-garantia judicial

A Companhia optou por realizar seguro-garantia sobre alguns dos seus processos jurídicos, com caráter de garantir o pagamento de um valor correspondente ao depósito em juízo, em que o tomador necessite fazer durante processos judiciais. Esta modalidade de seguro é uma alternativa aos depósitos judiciais exigidos quando da apresentação de recursos de defesa no decorrer dos processos judiciais.

Instituição financeira	Tipo de garantia	2020	2019
Fator - Austral - Junto Tokyo - Pottencial - Zurich - Swiss re - JNS	Seguro-garantia judicial	369.228	239.516

21.2. Garantias concedidas via fiança bancária

Instituição financeira	Tipo de garantia	2020	2019
	Fianças bancárias garantia + fiança		
Safra - Votorantim - Bradesco - Itaú	bancária judicial (Tributário e Cível)	26.155	119.629

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era de R\$1.447.349 representado por 261.666.739 ações ordinárias (R\$1.442.695 representado por 260.856.832 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019), sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído conforme segue:

	2020					
	Valor	Total de ações	%	Valor	Total de ações	%
Acionistas domiciliados no país - bloco de controle (pessoas físicas)	826.118	149.354.213	57,08	827.860	149.687.145	57,38
Mercado (i)	621.231	112.312.526	42,92	614.835	111.169.687	42,62
	1.447.349	261.666.739	100,00	1.442.695	260.856.832	100,00

⁽i) Em dezembro de 2019, a Companhia concluiu a oferta pública primária de ações, realizada nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"), quando foram distribuídas 543.098 ações. No dia 9 de dezembro de 2019, em reunião do Conselho Administrativo deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R\$515.625 com emissão de 51.562.500 novas ações ordinárias. Em 19 de dezembro de 2019, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$52.083 com emissão de 5.208.333 novas ações ordinárias. Adicionalmente, a Companhia incorreu em R\$24.610 com gastos de emissão de ações.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de fevereiro de 2020, foi aprovado o aumento de capital social de 809.907 ações, totalizando R\$4.654, mediante a subscrição de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, em razão do exercício de opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Programa de Opção de Compra de Ações de 2019, criado em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2019, e do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de dezembro de 2016.

22.2. Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2018, foi aprovada a aquisição de até 500.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, da própria Companhia para manutenção em tesouraria, em razão do Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado em AGO de 2 de dezembro de 2016.

A Companhia havia adquirido a totalidade de 500.000 ações conforme Programa, a preço médio de R\$6,64 no período de 3 de abril de 2018 a 10 de abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha em tesouraria 169.267 ações ao preço médio de R\$6,64, totalizando R\$1.110, para atendimento ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

22.3. Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 450.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

22.4. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a reserva de retenção de lucros não foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, em virtude dos resultados apurados terem sido negativos.

22.5. Política de distribuição de dividendos e Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes a legislação societária brasileira, é registrado na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como numa obrigação legal prevista do Estatuto Social da Companhia; entretanto a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrado na rubrica "Dividendos adicionais propostos". Em virtude de os resultados apurados terem sido negativos não houve distribuição de dividendos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

23. Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações "Stock options"

23.1. Política contábil

Em 2 de dezembro de 2016, foi deliberada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária a aprovação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, que tem por objetivo estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhar os interesses dos acionistas aos das Pessoas Elegíveis e incentivar a geração de resultados sustentáveis. Poderão ser eleitos como participantes do plano os administradores, diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle.

O período de "vesting" (aquisição do direito de exercício, sujeito às condições de exercício) das Opções detidas por cada Participante ocorrerá após o decurso dos prazos de carência fixados no Contrato de Opção. Até a ocorrência do "vesting" e do evento de liquidez, as Opções serão designadas "Opções não exercíveis" e, após sua ocorrência, "Opções exercíveis".

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações "Stock options"

23.1. Política contábil--Continuação

Em 5 de dezembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para alguns dos executivos da Companhia, sendo o preço de exercício das opções fixado em R\$7,54 para cada ação, sem previsão de correção. O modelo empregado na determinação do preço justo da opção do tipo 'Bermuda' é uma variação do modelo de Hull & White, mais conhecido como modelo de Árvores Binomiais. O instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe.

A volatilidade empregada foram os retornos logarítmicos dentro de uma janela de um ano entre 05/12/2015 e 05/12/2016. A volatilidade encontrada empregando EWMA foi de 2,61% ao dia útil.

Em 7 de novembro de 2017, foi celebrada nova outorga de opções para alguns dos executivos da Companhia, sendo o preço de exercício das opções fixado em R\$7,76 para cada ação, sem previsão de correção. O modelo empregado na determinação do preço justo deste plano foi o modelo de Árvores Binomiais. O instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe. A volatilidade empregada foram os retornos logarítmicos dentro de uma janela de um ano entre 07/11/2016 e 07/11/2017. A volatilidade encontrada empregando EWMA foi de 3,74% ao dia útil.

Em 26 de abril de 2019, a Companhia deliberou, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, a criação do Programa de Opção de Compra de Ações 2019, considerando que a Assembléia Geral da Companhia havia aprovado em 2 de dezembro de 2016 o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações com o objetivo de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhar os interesses dos acionistas aos das Pessoas Elegíveis e incentivar a geração de resultados sustentáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações "Stock options"--Continuação

23.1. Política contábil--Continuação

Em 14 de junho de 2019, foi celebrada nova outorga de opções para alguns dos executivos da Companhia, sendo o preço de exercício das opções fixado em R\$5,10 para cada ação, sem previsão de correção. O modelo empregado na determinação do preço justo deste plano foi o modelo de Árvores Binomiais. O instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe. A volatilidade empregada foram os retornos logarítmicos dentro de uma janela de um ano entre 14/06/2018 e 14/06/2019. A volatilidade encontrada empregando EWMA foi de 3,25% ao dia útil.

A Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração, observando limites impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir, a cada exercício, se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor.

Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

23.2. Demonstrativo da posição das opções outorgadas em aberto

Data		Quantida	Quantidade - mil		orga	
Outorga	Início do exercício	Final do exercício	Opções outorgadas	Opções em aberto	Valor justo da opção	Preço de exercício
05/12/2016	05/12/2018	05/12/2026	2.267	268	3,78	7,54
07/11/2017	07/11/2019	08/11/2027	721	476	5,17	7,76
26/04/2019	26/04/2019	31/12/2021	3.395	2.366	5,16 - 5,42	5,10
15/08/2020	15/08/2020	31/12/2022	186	186	5,10	7,79
23/11/2020	23/11/2020	23/11/2025	420	420	7,69	6,83
			6.989	3.716		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações "Stock options"--Continuação

23.3. Movimentação do plano de opção de compra de ações

A movimentação ocorrida nas opções outorgadas em aberto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão apresentadas abaixo, em milhares:

Saldo de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2018	1.972
Cancelamento das opções de compras de ações	(866)
Emissão de opções de compra de ações	3.141
Saldo de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2019	4.247
Adições de opções de compras de ações	860
Cancelamento das opções de compras de ações	(581)
Exercício das opções de compras de ações	(810)
Saldo de opcões de compra de acões em 31 de dezembro de 2020	3.716

23.4. Mensuração e despesas incorridas do plano de opção de compra de ações

O valor justo para os planos de opções de compra das ações (*stock options*) foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica "Despesas operacionais", e no patrimônio líquido, na rubrica "Reserva de capital".

Em 31 de dezembro de 2020, o valor contabilizado como despesa com plano de opção de compra de ações, em acordo com a IFRS2/NBC TG 10 (R3) - Pagamento Baseado em Ações, foi de R\$2.833 (R\$9.208 em 31 de dezembro de 2019), reconhecido de forma linear individualizada por programa e quantidade de opções atreladas a cada período de "vesting".

24. Plano de incentivo de longo prazo via ações restritas/opções

Em 2 de dezembro de 2016, foi celebrado o Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Marisa Lojas S.A., que tem como objetivo permitir a outorga de Ações Restritas às Pessoas Elegíveis selecionadas pelo Conselho da Administração. Poderão ser eleitos como participantes do plano os administradores, diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle.

O Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para Administração do Plano. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Plano de incentivo de longo prazo via ações restritas/opções--Continuação

A outorga de Ações Restritas é realizada anualmente ou sempre que o Conselho de Administração julgar conveniente, mediante celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga.

Com propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os participantes, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 567.

24.1. Movimentação das ações restritas

As movimentações das opções estão apresentadas abaixo:

	(Em milhares)
Saldo de ações restritas em 31 de dezembro de 2018	1.201
Cancelamento de ações restritas	(1.022)
Saldo de ações restritas em 31 de dezembro de 2019	179
Exercício das ações restritas	(179)
Saldo de ações restritas em 31 de dezembro de 2020	-

25. Programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa - "Phantom Shares"

25.1. Política contábil

Em 26 de abril de 2019, a Companhia deliberou, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, a criação do Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa - "Phantom Shares".

O programa tem por objetivo outorgar a determinados Beneficiários da Companhia direitos sobre a valorização das ações de emissão da Companhia, com liquidação em caixa, como parte do pacote de remuneração destes, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e reter administradores contemplados pelo Programa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa - "Phantom Shares"--Continuação

25.1. Política contábil--Continuação

As "Phantom Shares" não conferem ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto, direito a dividendos e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das "Phantom Shares" outorgadas.

25.2. Mensuração e despesas incorridas

O valor justo da concessão de opções de ações em 31 de dezembro de 2020, foi mensurado pelo modelo de Simulação Monte Carlo usando os dados abaixo.

Total de opções concedidas	2.346.988
Data da outorga	18/jun/2019
Valor justo da opção na data da outorga	R\$6,81
Valor justo da opção em 31 de dezembro de 2020	-
Volatilidade estimada do preço da ação	2,57%
Taxa de retorno livre de risco	2,86%
Vencimento médio remanescente (em anos)	1

Em função da oscilação do valor da ação, não há saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020, sendo o saldo de R\$4.545 revertido na Demonstração de Resultados, sob a rubrica "despesas gerais e administrativas".

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receita operacional líquida

26.1. Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços financeiros no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as controladas. As receitas decorrentes das operações de crédito são apropriadas observando-se o critério "pro rata", com base no método da taxa efetiva de juros.

- Revenda de mercadorias operação varejo: a Companhia opera com uma cadeia de lojas para a comercialização de mercadorias, e também um canal de e-commerce. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega de mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro e cartão de débito ou a prazo através de cartões de terceiros ou cartão Marisa.
- Produtos e serviços financeiros: a Companhia, via empresas controladas, realiza operações de concessão de empréstimos pessoais, intermediação de assistências e seguros e financiamento de vendas.

26.2. Composição

	Contr	Controladora		olidado
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional bruta:	<u></u>			
Vendas de mercadorias	2.447.239	3.206.865	2.447.239	3.206.865
Operações com cartão de crédito	-	-	247.442	355.654
Prestação de serviços (i)	27.784	44.063	169.846	185.943
Operação com crédito pessoal	-	-	83.894	141.286
Impostos incidentes:				
Vendas de mercadorias	(574.910)	(771.339)	(574.910)	(771.339)
Prestação de serviços	(3.411)	(5.495)	(29.653)	(39.946)
Devoluções:				
Vendas de mercadorias	(204.441)	(196.041)	(204.441)	(196.041)
	1.692.261	2.278.053	2.139.417	2.882.422

⁽i) Refere-se à prestação de serviços da parceria entre Assurant e Itaú Unibanco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Custos da revenda de mercadorias, das operações com cartão de crédito, das operações financeiras e da prestação de serviços

Custo da revenda de mercadorias Custo da prestação de serviços Custo de operações com cartão de crédito e empréstimo pessoal

Contr	oladora	Consolidado			
2020	2019	2020	2019		
(1.009.852) (507)	(1.199.883) (600)	(1.009.852) (90.333)	(1.199.882) (150.934)		
-	-	(241.019)	(200.127)		
(1.010.359)	(1.200.483)	(1.341.204)	(1.550.943)		

28. Despesas por natureza

28.1. Despesa com vendas

	Controladora		Consc	olidado
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal e serviços	(332.320)	(421.084)	(369.925)	(444.773)
Utilidades públicas	(65.526)	`(84.709)	(65.824)	(86.534)
Despesas de comunicação, distribuição	, ,	,	•	, ,
e locação e outras	(106.178)	(104.822)	(107.239)	(111.326)
Fretes	(54.265)	(20.929)	(54.265)	(20.929)
Desconto obtido sobre passivo de				
arrendamento (i)	58.039	-	58.039	-
Outras	(19.963)	(25.015)	(20.488)	(25.090)
_	(520.213)	(656.559)	(559.702)	(688.652)

⁽i) Conforme Deliberação nº 859/20 emitida pela CVM, mencionada na nota explicativa nº 14.

28.2. Despesas gerais e administrativas

Controladora		Conso	lidado
2020	2019	2020	2019
(136.882)	(164.474)	(193.563)	(218.751)
(3.207)	(2.764)	(4.002)	(4.089)
(2.698)	(2.242)	(6.927)	(12.124)
(966)	(728)	(984)	(964)
754	-	754	-
(6.998)	(9.268)	(12.549)	(13.059)
(149.997)	(179.476)	(217.271)	(248.987)
	2020 (136.882) (3.207) (2.698) (966) 754 (6.998)	2020 2019 (136.882) (164.474) (3.207) (2.764) (2.698) (2.242) (966) (728) 754 - (6.998) (9.268)	2020 2019 2020 (136.882) (164.474) (193.563) (3.207) (2.764) (4.002) (2.698) (2.242) (6.927) (966) (728) (984) 754 - 754 (6.998) (9.268) (12.549)

⁽i) Conforme Deliberação nº 859/20 emitida pela CVM, mencionada na nota explicativa nº 14.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolid	ado
	2020	2019	2020	2019
Despesas recuperadas Constituição (reversão) de provisão para perdas e	1.128	3.000	1.401	3.452
outras despesas com litígios e demandas judiciais	(21.376)	(23.326)	(32.507)	(36.788)
Créditos fiscais	17.883	`31.173 [°]	21.686	`31.40Ś
Baixas de imobilizado, reversão de provisão para perdas, líquidas Baixa de estoque de material de consumo e	(5.474)	4.872	(5.474)	4.859
embalagem	(7.116)	_	(7.116)	_
Outras	3.535	(3.903)	6.353	(1.846)
	(11.420)	11.816	(15.657)	1.082

30. Resultado financeiro

30.1. Política contábil

Representam juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de *swap*, resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos (*swap* contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

30.2. Composição

	Controladora		Consc	olidado
	2020	2019	2020	2019
Despesas financeiras:				
Ajuste a valor presente - fornecedores	(22.397)	(55.364)	(22.397)	(55.364)
Ganho (perda) em 'swap'	6.866	(2.662)	6.866	(2.662)
Juros e variação monetária passiva	(43.508)	(49.485)	(43.746)	(54.952)
Juros sobre passivo de arrendamento	(76.427)	(41.838)	(76.454)	(41.854)
Variação cambial	(6.636)	1.768	(6.636)	1.756
Despesas bancárias	(4.941)	(5.172)	(4.953)	(5.186)
Descontos concedidos	-	• -	(7.006)	(6.457)
Outras	(11.680)	(11.409)	(12.795)	(17.092)
	(158.723)	(164.162)	(167.121)	(181.811)
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	4.683	6.411	5.537	10.638
Descontos obtidos	719	780	750	801
Juros ativos e atualização monetária	18.280	22.548	18.563	23.496
•	23.682	29.739	24.850	34.935
				· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Resultado por ação (controladora)

O quadro a seguir apresenta a determinação do prejuízo líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o prejuízo básico e diluído por ação, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria em cada exercício apresentado.

	2020	2019
Média ponderada da quantidade de ações	261.576.012	260.856.832
Média ponderada das ações em tesouraria	(169.267)	(182.621)
Média ponderada das ações em circulação, líquidas das ações em tesouraria	261.406.745	260.674.211
Prejuízo do exercício	(432.196)	(112.361)
Prejuízo por ação básico e diluído (*) - R\$	(1,65335)	(0,43104)

^(*) Não houve efeito diluidor para 31/12/2020, uma vez que o cálculo do resultado diluído apresentaria redução no prejuízo por ação.

32. Gerenciamento de risco

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados:

- (i) Risco de crédito;
- (ii) Riscos de mercado;
- (iii) Risco de liquidez; e
- (iv) Gestão de capital.

32.1. Política contábil e análises

32.1.1. Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes de inadimplência dos clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa nº 7.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado como perdas de crédito esperadas era de R\$136.106 (R\$153.895 em 31 de dezembro de 2019), para cobrir os riscos de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Gerenciamento de risco--Continuação

32.1. Política contábil e análises--Continuação

32.1.1. Risco de crédito--Continuação

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras com *rating* de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a risco de crédito estão apresentados nas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa" e "Aplicações financeiras".

32.1.2. Riscos de mercado

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de operações comerciais atuais e futuras de compras de estoque para revenda e captações de empréstimos em moeda estrangeira, realizados em Dólar norte-americano.

A Administração estabeleceu uma política que exige que, por meio de seu Diretor Financeiro, se apresente periodicamente ao Conselho de Administração a posição atual de exposição em moeda estrangeira e seus riscos inerentes para a tomada de decisão de necessidade ou não de uma proteção para risco cambial.

Atualmente, a Companhia revisitou a sua politica de Hedge e tem como objetivo proteger 90% de suas importações com operações de *hedge*, utilizando contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward* ("NDF"). Para as captações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem como objetivo proteger 100% do valor contratado através de *swap* cambial. A Companhia, preocupada com a volatilidade do Dólar frente ao Real, optou por realizar operações de *hedge* de fluxo de caixa, cujo objetivo é a proteção cambial das importações.

a) Risco de moeda (cambial)

A Companhia está sujeita ao risco cambial nas compras denominadas em moeda diferente de moeda funcional da Companhia, o Real (R\$).

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do Dólar, único indexador dos passivos em moeda estrangeira operados pela Companhia e por suas controladas. Para a definição do Dólar utilizado para análise de sensibilidade no cenário provável, a Companhia segue as projeções do mercado futuro da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Gerenciamento de risco--Continuação

32.1. Política contábil e análises--Continuação

32.1.2. Riscos de mercado--Continuação

a) Risco de moeda (cambial)--Continuação

Análise de sensibilidade -- Continuação

			Consol	idado					
			202	20					
		Valorização Desvalorização da moeda da moeda							
	Notional US\$ (pagar)/ receber	Cenário provável	Cenário possível +25%	Cenário remoto +50%	Cenário possível -25%	Cenário remoto -50%			
<u>Derivativos designados para hedge</u> <u>accounting - Importações</u>									
Objeto de <i>hedge</i> - Importações Instrumento de <i>hedge</i> - NDF	(30.749) (17.209)	(159.966) (6.309)	(199.958) 16.011	(239.949) 38.332	(119.975) (28.629)	(79.983) (50.950)			
Exposição líquida (i)	(47.958)	(166.275)	(183.947)	(201.617)	(148.604)	(130.933)			
Exposição líquida total	(47.958)	(166.275)	(183.947)	(201.617)	(148.604)	(130.933)			

⁽i) O cenário provável considera a cotação do Dólar futuro de R\$5,2024.

			Consol 201				
	-		Valor	ização noeda	Desvalorização da moeda		
	Notional US\$ (pagar)/ receber	Cenário provável	Cenário possível +25%	Cenário remoto +50%	Cenário possível -25%	Cenário remoto -50%	
<u>Derivativos designados para hedge</u> <u>accounting</u>		•					
Objeto de <i>hedge</i> - Importações Instrumento de <i>hedge</i> - NDF	(45.451) 14.418	(183.382) (1.706)	(229.228) 12.837	(275.073) 27.380	(137.537) (16.249)	(91.691) (30.793)	
Exposição líquida importações (i)	(31.033)	(185.088)	(216.391)	(247.693)	(153.786)	(122.484)	
<u>Derivativos designados para hedge</u> <u>accounting</u>							
Objeto de <i>hedge</i> - FRN Votorantim Instrumento - <i>swap</i>	(7.728) 7.728	(32.507) 32.507	(40.634) 40.634	(48.760) 48.760	(24.380) 24.380	(16.253) 16.253	
Exposição líquida (ii)		-	<u> </u>	-	-	<u>-</u>	
Exposição líquida total	(31.033)	(185.088)	(216.391)	(247.693)	(153.786)	(122.484)	

⁽i) O cenário provável considera a cotação do Dólar futuro de R\$4,0347.

⁽ii) O cenário provável considera a cotação do Dólar futuro de R\$3,9154.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Gerenciamento de risco--Continuação

32.1. Política contábil e análises--Continuação

32.1.2. Riscos de mercado--Continuação

b) Risco de taxa de juros

A Companhia mantém grande parte de suas aplicações financeiras e empréstimos em operações atreladas ao CDI, conforme mencionado nas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa" e "Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro", respectivamente. A Administração entende que tal prática mitiga substancialmente eventuais riscos derivados de oscilações na taxa de juros de mercado.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade dos impactos foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas, calculados com base em taxas referenciais futuras do CDI divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

	Controladora								
				2020					
			_		zação CDI	Desvalorização do CDI			
	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário possível +25%	Cenário remoto +50%	Cenário possível -25%	Cenário remoto -50%		
Aplicações financeiras/ títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	235.785	7.127	8.918	10.718	5.346	3.574		
Empréstimos/financiamento	Daixa CDI	235.765	7.127	0.910	10.716	3.340	3.574		
s/ debêntures/Swap	Alta CDI	(413.158)	(26.892)	(29.183)	(31.465)	(24.591)	(22.280)		
Exposição líquida	•	(177.373)	(19.765)	(20.265)	(20.747)	(19.245)	(18.706)		
			Consolidado 2020						
				Valori do	zação CDI		orização CDI		
	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário possível +25%	Cenário remoto +50%	Cenário possível -25%	Cenário remoto -50%		
Aplicações financeiras/ títulos e valores									
mobiliários	Baixa CDI	489.432	7.587	9.487	11.398	5.598	3.815		
Empréstimos/financiamento s/ debêntures/swap	Alta CDI	(838.963)	(52.397)	(57.244)	(62.089)	(47.546)	(42.692)		
Exposição líquida	=	(349.531)	(44.810)	(47.757)	(50.691)	(41.948)	(38.877)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Gerenciamento de risco--Continuação

32.1. Política contábil e análises--Continuação

32.1.2. Riscos de mercado--Continuação

b) Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

			Co	ntroladora				
				2019			<u> </u>	
				Valoriz do (Desvalorização do CDI		
	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário possível +25%	Cenário remoto +50%	Cenário possível -25%	Cenário remoto -50%	
Aplicações financeiras/ títulos e valores	Daine ODI	000 007	00.440	05 444	00.400	45.004	40.000	
mobiliários Empréstimos/financiamento	Baixa CDI	606.087	20.412	25.444	30.489	15.391	10.382	
s ['] debêntures/ <i>Swap</i> Exposição líquida	Alta CDI	(569.798) 36.289	(189.800) (169.388)	(195.487) (170.043)	(201.087) (170.598)	(184.034) (168.643)	(178.279) (167.897)	
	Consolidado							
				2019				
				Valoriz do (alorização lo CDI	
	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário possível +25%	Cenário remoto +50%	Cenário possível -25%	Cenário remoto -50%	
Aplicações financeiras/								
mobiliários	Baixa CDI	745.946	20.452	25.485	30.529	15.431	10.422	
Empréstimos/financiamento s/ debêntures/swap Exposição líquida	Alta CDI	(949.891) (203.945)	(66.992) (46.540)	(80.378) (54.893)	(93.769) (63.240)	(53.626) (38.195)	(40.368) (29.946)	
	_							

32.1.3. Risco de liquidez

Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, o Departamento de Operações Financeiras mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Gerenciamento de risco--Continuação

32.1. Política contábil e análises--Continuação

32.1.3. Risco de liquidez--Continuação

Composição do vencimento dos passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia e por suas controladas:

	Controladora							
			20	20				
		Fluxo						
	Saldo	caixa	Atá d ana	De 1 a 2	De 3 a 5	Acima de		
	contábil	contratual	Até 1 ano	anos	anos	5 anos		
Fornecedores e fornecedores								
convênio Empréstimos, financiamentos e	472.577	475.063	475.063	-	-	-		
debêntures Instrumentos financeiros	436.948	437.921	277.337	113.317	47.267	-		
derivativos	6.913	-	-	-	-	-		
	916.438	912.984	752.400	113.317	47.267	-		
			Conso					
		Fluxo	20	20				
	Saldo	caixa		De 1 a 2	De 3 a 5	Acima de		
	contábil	contratual	Até 1 ano	anos	anos	5 anos		
			7.00 . 00		<u> </u>			
Fornecedores e fornecedores convênio	473.930	476.416	476.416	-	-	-		
Empréstimos, financiamentos e debêntures Instrumentos financeiros	862.769	863.744	481.515	284.494	97.735	-		
derivativos	6.913	_	_	_	_	_		
	1.343.612	1.340.160	957.931	284.494	97.735	-		
			Contro	ladora				
			20			_		
		Fluxo						
	Saldo	caixa		De 1 a 2	De 3 a 5	Acima de		
	contábil	contratual	Até 1 ano	anos	anos	5 anos		
Fornecedores e fornecedores convênio	535.054	538.734	538.734	_	-	-		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	569.798	573.385	309.507	193.403	70.475	_		
Arrendamento mercantil financeiro Instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-		
derivativos	1.081	(1.581)	(1.581)	-	-	-		
	1.105.933	1.110.538	846.660	193.403	70.475	-		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Gerenciamento de risco--Continuação

32.1. Política contábil e análises--Continuação

32.1.3. Risco de liquidez--Continuação

Composição do vencimento dos passivos financeiros--Continuação

	Consolidado								
	2019								
		Fluxo							
	Saldo contábil	caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos			
Fornecedores e fornecedores	525 200	500.070	F20.070						
convênio Empréstimos, financiamentos e	535.298	538.978	538.978	-	-	-			
debêntures	949.891	953.517	420.678	390.925	141.914	-			
Arrendamento mercantil financeiro Instrumentos financeiros	-	-	-	-	=	-			
derivativos	1.081	(1.581)	(1.581)	-	-	-			
	1.486.270	1.490.914	958.075	390.925	141.914	-			

32.1.4. Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua capacidade de liquidar os passivos registrados, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são assim sumarizados:

	Controladora		Consc	olidado
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures (-) Caixa e equivalentes de caixa/títulos e valores	436.948	569.798	862.769	949.891
mobiliários	(303.754)	(639.874)	(561.591)	(783.024)
Dívida líquida	133.194	(70.076)	301.178	166.867
Patrimônio líquido	991.923	1.420.006	991.923	1.420.006
Índice de alavancagem financeira	13%	-5%	30%	12%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Instrumentos financeiros

33.1. Política contábil

33.1.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, outros créditos, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos. Vide na nota explicativa nº 33.5 a segregação efetuada pela Companhia.

33.1.2. Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como ganhos ou perdas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um *hedge* efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o período relacionado. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*.

Além disso, a Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são, ou não, altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício quando o item protegido for efetivamente realizado.

33.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

33.1. Política contábil--Continuação

33.1.4. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

33.1.5. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado; compreendem os saldos de instrumentos financeiros derivativos.

33.1.6. Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem os saldos de fornecedores, contas a pagar, outras obrigações e empréstimos e financiamentos.

33.1.7. Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

33.2. Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge accounting

A Companhia e suas controladas captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros, para os quais foram contratadas operações de *swap*, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI, acrescido de taxa pré-fixada. Essa é uma operação que possui objetivo de proteção cambial e consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de *swap* contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de *swaps* em aberto. Em 31 de dezembro de 2019, os contratos em aberto estão detalhados a seguir:

Consolidado									
	2019								
	Valor de referência	Bai	nco	Co	ompanhia	Valor	justo		
Vencimento	(nacional)	Indexador	Juros	Indexador	Juros	Controladora	Consolidado		
Junho/20	30.000	US\$	4,84% a.a.	CDI	CDI + 1,90% a.a.	694	694		

Com as operações de *swap*, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a risco de mudanças nas taxas de câmbio; dessa forma, não foram considerados para serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia e suas controladas estão única e exclusivamente expostas à variação do CDI nos contratos de empréstimos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

33.3. Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (hedge accounting)

A Companhia aplica as regras de contabilidade de *hedge accounting* para seus instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, conforme determinado em sua Política de Risco. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção, exclusivamente para as operações de compra de mercadorias importadas para revenda, reduzindo dessa forma o risco cambial da operação.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting* são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar o resultado e são altamente efetivas em proteger as variações de fluxo de caixa atribuível ao risco coberto, consistente ao risco originalmente documentado na Política de Risco.

Para a proteção de suas operações, a Companhia optou pela linha de contratos de compra de moeda a termo (*Non-Deliverable Forward*).

33.3.1. Contratos a termo de moedas - Non-Deliverable Forward ("NDF")

O contrato a termo de moedas é o compromisso futuro de comprar e vender determinadas moedas em certa data no futuro por um preço pré-estabelecido. Por ser um *Non-Deliverable Forward*, esse contrato não exige a liquidação física das posições contratadas, mas sim a liquidação financeira por diferença entre o preço de liquidação e o preço estabelecido na contratação.

As posições dos contratos a termo de moedas - NDF em aberto em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, por vencimento, bem como as taxas médias ponderadas e o valor justo, são demonstrados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

33.3. Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (hedge accounting)--Continuação

33.3.1. Contratos a termo de moedas - Non-Deliverable Forward ("NDF")--Continuação

	Contro	oladora e Conso	lidado	
		2020		
Vencimentos	Valor de referência Notional (US\$)	Taxa média	Valor justo (R\$) (*)	Objeto de hedge (US\$)
Janeiro/21	3.299	5,5797	(1.318)	2.659
Fevereiro/21	4.276	5,5983	(1.770)	5.933
Março/21	4.117	5,5378	(1.431)	4.926
Abriĺ/21	2.364	5,6995	(1.189)	2.331
Maio/21	3.153	5,3829	` (574)	3.093
	17.209	5,5547	(6.282)	18.942

^(*) A rubrica "Instrumentos financeiros" no passivo circulante inclui R\$631 de contratos a termo encerrados em 31 de dezembro de 2020, porém com liquidação financeira em 4 de janeiro de 2021.

Controladora e Consolidado									
2019									
Vencimentos	Valor de referência Notional (US\$)	Taxa média	Valor justo (R\$)	Objeto de hedge (US\$)					
Janeiro/20	3.767	4,1862	(614)	11.694					
Fevereiro/20	2.947	4,1875	(469)	9.518					
Março/20	1.813	4,1978	(295)	5.651					
Abril/20	1.011	4,0670	(29)	3.091					
Maio/20	1.357	4,1015	(77)	4.301					
Junho/20	3.523	4,1103	(207)	11.196					
	14.418	4,1531	(1.691)	45.451					

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

33.3. Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (hedge accounting)--Continuação

33.3.2. Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado Patrimônio líquido		
	2020	2019	
Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa:			
Riscos de moeda	(6.828)	(1.671)	
IR/CS diferidos	2.351	568	
Resultado líquido reconhecido em outros resultados abrangentes	(4.477)	(1.103)	
Resultado líquido reconhecido no exercício Resultado líquido reconhecido em exercício anteriores	(3.363) (1.114)	(523) (591)	
·	(4.477)	(1.114)	

33.4. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, derivativos (*swap*), contas a receber, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures) não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Isso se deve em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços, exceto a rubrica "Empréstimos, financiamentos e debêntures", que é atualizada monetariamente com base em juros variáveis previsto em contrato em linha com as condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado.

As operações de NDF's são precificadas pelo valor de mercado enquanto as operações de swap financeiros são valorizadas segundo o valor justo (IFRS 9).

Especificamente nesse caso, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

33.5. Mensuração e hierarquia do valor justo

A tabela a seguir demonstra em detalhes a mensuração e hierarquia do valor justo (Valor Justo por meio de Resultado (VJR) e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):

				Controladora 2020					
				Classific	ação de at rG 48/IFRS		•	uia do valor usto	
	NE	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado	VJR	VJORA	Nível 1	Nível 2	
Caixa	6.2	8.773	8.773	8.773	-	-	-	8.773	
Bancos conta movimento	6.2	26.541	26.541	26.541	-	-	-	26.541	
Operações compromissadas									
CDB	6.3	201.133	201.133	-	201.133	-	-	201.133	
Operações compromissadas DI	6.3	34.652	34.652	-	34.652	-	-	34.652	
Aplicações CDB - Garantia	6.4	32.267	32.267	-	32.267	-	-	32.267	
Braskem ações	6.4	388	388	-	388	-	388	-	
Contas a receber de clientes	7.2	354.162	354.162	354.162	-	-	-	354.162	
Outros créditos		19.421	19.421	19.421	-	-	-	19.421	
Depósitos judiciais	20.2	108.396	108.396	108.396	-	-	-	108.396	
Fornecedores	15.2	(472.577)	(472.577)	(472.577)	-	-	-	(472.577)	
Empréstimos, financiamentos e		•	. ,	,				,	
debêntures	16.2	(436.948)	(436.948)	(436.948)	-	-	-	(436.948)	
NDF's	33.3.1	` (6.282)	` (6.282)	` _	-	(6.282)	-	` (6.282)	
		(130.074)	(130.074)	(392.232)	268.440	(6.282)	388	(130.462)	

		Consolidado 2020							
				Classific	ação de at G 48/IFRS		•	iia do valor usto	
	NE	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado	VJR	VJORA	Nível 1	Nível 2	
Caixa	6.2	8.777	8.777	8.777	-	-	_	8.777	
Bancos conta movimento Operações compromissadas	6.2	28.723	28.723	28.723	-	-	-	28.723	
CDB	6.3	222.383	222.383	-	222.383	-	-	222.383	
Operações compromissadas DI	6.3	267.038	267.038	-	267.038	-	-	267.038	
Letra financeira	6.3	11	11	11	-	-	-	11	
Aplicações CDB - Garantia	6.4	34.271	34.271	-	34.271	-	-	34.271	
Braskem ações	6.4	388	388	-	388	-	388	-	
Contas a receber de clientes	7.2	705.175	705.175	705.175	-	-	-	705.175	
Outros créditos		98.915	98.915	98.915	-	-	-	98.915	
Depósitos judiciais	20.2	142.035	142.035	142.035	-	-	-	142.035	
Fornecedores	15.2	(473.930)	(473.930)	(473.930)	-	-	-	(473.930)	
Empréstimos, financiamentos e									
debêntures	16.2	(862.769)	(862.769)	(862.769)	-	-	-	(862.769)	
NDF's	33.3.1	(6.282)	(6.282)	-	-	(6.282)	-	(6.282)	
		164.735	164.735	(353.063)	524.080	(6.282)	388	164.347	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

33.5. Mensuração e hierarquia do valor justo--Continuação

		Controladora						
	•	2019						
	•			Classificação de ativos (NBC TG 48/IFRS 9)			Hierarquia do valor justo	
	NE	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado	VJR	VJORA	Nível 1	Nível 2
Caixa	6.2	14.158	14.158	14.158	-	-	_	14.158
Bancos conta movimento	6.2	19.629	19.629	19.629	-	-	-	19.629
Operações compromissadas CDB Fundos de Investimentos -	6.3	555.779	555.779	-	555.779	-	-	555.779
Garantia	6.4	49.484	49.484	-	-	-	-	49.484
Operações compromissadas LAM Operações compromissadas	6.4	97	97	97	-	-	-	97
debêntures (bloqueio judicial)	6.4	76	76	76	-	-	-	76
Braskem ações	6.4	515	515	-	515	-	515	-
Conta investimento Caylon	6.4	136	136	136	-	-	-	136
Contas a receber de clientes	7	340.928	340.928	340.928	-	-	-	340.928
Outros créditos		28.636	28.636	28.636	-	-	-	28.636
Depósitos judiciais	20.2	97.396	97.396	97.396	-	-	-	97.396
Fornecedores	15.2	(535.054)	(535.054)	(535.054)	-	-	-	(535.054)
Empréstimos e financiamentos	16.2	(569.798)	(569.798)	(569.798)	-	-	-	(569.798)
Swap sobre empréstimos		(1.671)	(1.671)	-	-	(1.671)	-	(1.671)
NDF's	33.3.1	(1.691)	(1.691)	(1.691)	-	-	-	(1.691)
	-	(1.380)	(1.380)	(605.487)	556.294	(1.671)	515	(1.895)

	_	Consolidado						
	·-	2019						
				Classificação de ativos (NBC TG 48/IFRS 9)			Hierarquia do valor justo	
_	NE	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado	VJR	VJORA	Nível 1	Nível 2
Caixa	6.2	14.168	14.168	14.168	-	_	_	14.168
Bancos conta movimento	6.2	22.910	22.910	22.910	-	-	-	22.910
Operações compromissadas CDB	6.3	592.444	592.444	-	592.444	-	-	592.444
Operações compromissadas DI	6.3	95.966	95.966	-	95.966	-	-	95.966
Fundos de Investimentos -								
Garantia	6.4	49.484	49.484	-	-	-	-	49.484
Aplicações CDB - Garantia	6.4	7.129	7.129	-	-	-	-	7.129
Operações compromissadas LAM	6.4	179	179	179	-	-	-	179
Operações compromissadas								
debêntures (bloqueio judicial)	6.4	76	76	76	-	-	-	76
Braskem ações	6.4	515	515	-	515	-	515	-
Conta investimento Caylon	6.4	143	143	143	-	-	-	143
Contas a receber de clientes	7	872.491	872.491	872.491	-	-	-	872.491
Outros créditos		61.399	61.399	61.399	-	-	-	61.399
Depósitos judiciais	20.2	133.404	133.404	133.404	-	-	-	133.404
Fornecedores	15.2	(535.298)	(535.298)	(535.298)	-	-	-	(535.298)
Empréstimos e financiamentos	16.2	(949.891)	(949.891)	(949.891)	-	-	-	(949.891)
Swap sobre empréstimos		(1.671)	(1.671)	-	-	(1.671)	-	(1.671)
NDF's	33.3.1	(1.691)	(1.691)	(1.691)	-	-	-	(1.691)
	_	361.757	361.757	(382.110)	688.925	(1.671)	515	361.242

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

34. Informações por segmento de negócio

34.1. Política contábil

Como forma de gerenciar suas atividades tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em varejo e operações de crédito. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- (i) <u>Varejo</u>: comércio de artigos de vestuário (moda feminina, masculina e infantil), perfumaria, cosméticos, relógios, com foco em consumidores da classe C e D, em lojas físicas e *e-commerce*.
- (ii) Produtos e serviços financeiros: operações cartão de crédito por meio do Cartão Marisa e "Co-Branded" Marisa-Itaucard, gerenciados pela controlada Club, ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas; e, operações de crédito pessoal, sendo oferta de empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia.

	2020			
		Operações cartões de	Operações de crédito	Saldo
	Varejo	crédito	pessoal	consolidado
Receita líquida de clientes externos	1.692.261	194.103	253.053	2.139.417
Custos do segmento	(1.010.359)	(128.631)	(202.214)	(1.341.204)
Lucro bruto	681.902	65.472	50.839	798.213
Despesas com vendas	(520.213)	(39.489)	-	(559.702)
Despesas gerais e administrativas	(149.997)	(39.829)	(27.445)	(217.271)
Outras receitas (despesas) operacionais	`(11.420)	`(4.374)	` 137 [′]	`(15.657)
Resultado operacional do segmento	272	(18.220)	23.531	5.583
Depreciação e amortização		, ,		(298.404)
Receitas financeiras				24.850
Despesas financeiras				(167.121)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social			-	(435.092)

2020

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

34. Informações por segmento de negócio--Continuação

34.1. Política contábil—Continuação

	2019				
	Varejo	Operações cartões de crédito	Operações financeiras	Saldo consolidado	
Receita líquida de clientes externos Custos do segmento	2.278.053 (1.200.483)	214.868 (157.085)	389.502 (193.375)	2.882.422 (1.550.943)	
Lucro bruto	1.077.570	57.783	196.127	1.331.479	
Despesas com vendas	(656.559)	(9.381)	(22.711)	(688.652)	
Despesas gerais e administrativas	(179.476)	(49.470)	(20.041)	(248.987)	
Outras receitas (despesas) operacionais	11.816	(10.786)	52	1.082	
Resultado operacional do segmento	253.351	(11.854)	153.427	394.922	
Depreciação e amortização				(327.990)	
Receitas financeiras				34.935	
Despesas financeiras				(181.811)	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				(79.944)	
•					

35. Cobertura de seguros

35.1. Política contábil

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

35.2. Composição da cobertura de seguros

	Contr	Controladora		
	2020	2019		
Responsabilidade civil	20.000	10.000		
Riscos diversos - estoques e imobilizados	212.900	219.900		
Transportes	55.000	55.000		
D&O - responsabilidade civil	50.000	35.000		
Veículos	5.680	16.800		
	343.580	336.700		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

36. Outros compromissos

Em 17 de dezembro de 2019, a Companhia firmou o Acordo de Parceria com o Magazine Luiza S.A. ("Magazine Luiza") com o intuito de melhorar o mix de produtos com a categoria de celulares e acessórios, assim como alavancar o fluxo de clientes em loja.

Pela concessão ao Magazine Luiza do direito de ocupação e exploração de suas Iojas, a Companhia poderá receber o valor mínimo garantido de R\$30.000 nos anos de 2021 a 2024, o que representa simbolicamente um valor médio por filial por mês, desde que atingidos um número mínimo de lojas e que não ocorra qualquer atraso.

Em virtude dos impactos causados pela pandemia do Covid-19, o cronograma de implementação dos quiosques do Magazine Luiza ficou prejudicado, tendo o valor mínimo para o ano de 2020 seguido uma proporção relacionada às unidades abertas. Para os anos subsequentes manteve-se os valores originalmente contratados.

37. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram o caixa estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Cons	olidado
	2020	2019	2020	2019
Remensuração contratual - nota explicativa nº 14 Compensação de impostos a recolher oriundo de	180.799	99.989	180.937	110.510
liminar - nota explicativa nº 20.2	36.207	-	36.207	-
Aquisição de imobilizado a pagar	355	-	355	-
Aquisição de intangível a pagar	9.278	-	9.947	-

38. Eventos subsequentes

Empréstimos e financiamentos

Em 3 de fevereiro de 2021, a Companhia obteve do Banco Safra a não declaração de vencimento antecipado da emissão das notas promissórias referente a 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado na nota explicativa n°16.